

FECOMÉRCIO

VEÍCULO: NOVO JORNAL
PAULA

DATA: 01.03.15

EDITORIA: MARCOS SÁ DE

VOCÊ SABIA

Que o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Fernandes de Queiroz, prestigiou a solenidade de assinatura do Decreto que reduzirá o ICMS do querosene da aviação? Que a alíquota do imposto passa de 17% para 12%, atendendo um pleito da classe turística do Rio Grande do Norte, capitaneado há mais de dois anos pela Fecomércio? Que a nova alíquota entra em vigor a partir do dia 1º de abril e as companhias aéreas precisarão fazer um pedido formal de concessão à SET?

Classificação: Positiva

VEÍCULO: GAZETA DO OESTE
MADRUGA

DATA: 28.02.15

EDITORIA: LIZTS



Esquerda/direita George Gossan, Lizst Madruga, Abdon Gossan, Diassis Rosado, Habib Chalita, lideranças do trade turístico potiguar na Governadoria participando do ato governamental que oficializou a redução do QAV

FESTA NO TURISMO

O governador Robinson Faria assinou na tarde/noite, na Governadoria, o decreto que reduz de 17% para 12% a alíquota do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o tal ICMS do querosene de aviação conhecido como QAV. O ato literalmente prestigiado pelo trade turístico potiguar e nacional. Sendo Fernando Bezerril (representou o prefeito Calos Eduardo), secretário de Turismo de Natal disse "(...) É um momento muito importante para o nosso turismo, é a nova esperança que surge para fortalecer a indústria do turismo, não somente de Natal, como de Mossoró e dos principais destinos turísticos do Rio Grande do Norte".

ICMS sobre o querosene de aviação, foi uma luta deflagrada há mais de dois e "(...) que agora estamos comemorando essa salutar vitória, que trará para nosso turismo benefícios incalculáveis."

FESTA NO TURISMO VII

Segundo o empresário Marcelo Fernandes de Queiroz, presidente da Federação do Comércio e Bens Turísticos do Rio Grande do Norte, "esta decisão do governador Robinson Faria contribuirá muito para o desenvolvimento do Estado, produzindo novos empregos e gerando a captação de novos voos."

FESTA NO TURISMO VIII

As articulações que o governador Robinson Faria realizou junto às empresas aéreas no eixo Rio Grande do Norte - São Paulo, foram positivas para o Estado, e principalmente para Mossoró, que deverá ser contemplada com voos decolando do Aeroporto governador Dix-sept Rosado para Natal, Recife e alhures. Guilherme Aberle, gerente da empresa aérea Azul, disse que Mossoró é um excelente destino turístico. "(...) Precisamos de um aeroporto adequado para as operações aéreas, e com excelente infraestrutura."

FESTA NO TURISMO IX

Robinson salientou que o turismo de Mossoró e da zona oeste precisa de maiores atenções e de investimentos para sua revitalização e consolidação. "Mossoró tem sua

FESTA NO TURISMO II

A expectativa dos empresários das lides turísticas é de que o justo e perfeito ato do governador Robinson Faria venha contribuir preponderantemente na revitalização do turismo do Rio Grande do Norte, principalmente de Natal, que segundo Robinson Faria tem as mais belas praias e as melhores opções para os turistas brasileiros e estrangeiros.

FESTA NO TURISMO III

Na sua mensagem o governador ressaltou que estão no programa governamental os incentivos para criação de novas linhas aéreas comerciais tanto no Brasil, como a nível internacional. Disse que os destinos da Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos, constam do plano de expansão e as empresas aéreas terão mais incentivos, ou seja, uma alíquota de 9% sobre todas as operações.

FESTA NO TURISMO IV

Disse o governador Robinson Faria: "O Rio Grande do Norte não podia mais assistir desalentando e de braços cruzados o crescimento dos indicadores econômicos dos estados vizinhos, sem adotar nenhuma providência positiva. O meu compromisso de campanha foi de valorizar a indústria potiguar. Estou fazendo a minha parte. Não tenho dúvidas" - explicitou o governador - "que Natal brevemente vai se tornar no principal destino turístico do Nordeste e um dos melhores do Brasil".

FESTA NO TURISMO V

O empresário e hoteleiro Ruy Pereira Gaspar, secretário de Turismo do Rio Grande do Norte, salientou que o ato produzido pelo Executivo, foi o mais perfeito gol de placa do governador Robinson Faria na indústria do turismo potiguar. Segundo Rui, os efeitos oriundos do decreto serão colhidos vitoriosamente nos próximos meses.

FESTA NO TURISMO VI

Para Diassis Holanda Rosado, presidente da Associação Brasileira das Agências de Viagens (ABAV/RN), a redução do

história no turismo religioso e nos festejos juninos - disse o Robinson - tem excelente rede hoteleira, um povo hospitaleiro e belas histórias. Nós vamos dedicar os esforços necessários no sentido de que Mossoró seja um destino turístico em nosso Estado," disse o governador. As empresas aéreas cobram melhorias no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, bem como nos acessos que são precários e perigosos.

TURISMO HISTÓRICO

Você sabia: muitos apóstolos de Jesus Cristos eram casados. Só mais tarde, por volta de 306 d. C., a partir do sínodo de Elvira (antiga cidade próxima da atual Granada, Espanha), o celibato a sacerdotes e religiosos se tornou obrigatório. O Papa Francisco I vai liberar o celibato. Será uma medida justa e perfeita. Na conjuntura atual a Espanha é um importante destino turístico internacional.

CENTRAL DO CIDADÃO

O governador Robinson Faria sinalizando as providências para instalação de uma Central do Cidadão na Rodoviária Nova de Natal. Justa e perfeita medida que atenderá as comunidades adjacentes e alhures, e também aos turistas que gostam do turismo rodoviário. Rodrigo Fernandes Wanderley administração da Estação Rodoviária de Natal, estar feliz. Não revisadas

EVENTO DA MARINHA

Hoje os militares se unirão para a difusão da paz e o incentivo à prática de esporte, com a realização da "Corrida da Paz". Em Natal, o aquecimento será às 8 horas, com largada às 9 horas, saindo do Centro de Turismo (antigo Presídio), indo em direção à Ladeira do Sol, contornando a rotatória em frente à Ponta do Morcego e seguindo até a Fortaleza dos Reis Magos, pela Avenida Presidente Café Filho, com um percurso de 3,2 km. Além da Marinha, participarão militares do Exército e Aeronáutica e representantes da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Guarda Municipal.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE
BARBALHO

DATA: 01.03.15

EDITORIA: LIEGE

Saúde Mulher

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, e a diretora regional do SESC/RN, convidando para a solenidade de inauguração da unidade móvel do Sesc Saúde Mulher. Com realização nesta sexta-feira, o evento acontecerá a partir das 08 horas, no Sesc Ponta Negra. O projeto já levou atendimento gratuito a milhares de mulheres potiguares e o oferecerá, com exclusividade, às comerciárias do segmento de bares, restaurante e hotelaria do bairro.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: PORTAL NO AR

DATA: 27.02.15

Presidente da Fecomércio oferece café da manhã a aprovados na Escola Sesc de Ensino Médio para 2015 - Portal No Ar

Thaís Bruna Vieira, 14, é o exemplo de sucesso que o Sistema Fecomércio, através do Sesc, pode oferecer para comerciários e seus dependentes. Do 2º ao 5º ano do ensino fundamental, Thaís foi aluna da Escola Sesc, em Potilândia.

“Só saí de lá porque atingi a série limite oferecida pelo colégio. Fui estudar em outro lugar, mas agora estou de volta”, afirma. De fato, Thaís Bruna voltou para o Sesc, mas agora o voo é muito mais alto. Ela foi uma dos quatro alunos aprovados no Rio Grande do Norte para estudarem na Escola Sesc de Ensino Médio (Esem), localizado no Rio de Janeiro.

Nesta sexta-feira, 27, o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Fernandes de Queiroz, recebeu Thaís Bruna e os outros três aprovados na Esem 2015 – Aliff, Tarcísio e Letícia, para um café da manhã onde parabenizou-os pela aprovação dos alunos e fez votos de boa sorte e boa viagem na nova empreitada.

“Quero parabenizar aos alunos e aos pais pelo sucesso nesse processo seletivo que é tão disputado. Também desejo que esta seja a primeira de muitas vitórias na vida de vocês. Aproveitem, pois essa é uma oportunidade única”, felicita Queiroz.

Enquanto uns comemoram a aprovação no ingresso na Esem, outros vibram pela conclusão dos estudos na escola e consequente aprovação no Enem. Foi o caso de Joice Freitas, que ingressou na Escola do Sesc em 2012 e este ano, foi aprovada em 1º lugar em Engenharia da Produção na UFRN.

“Gostaria de agradecer ao Sistema Fecomércio pela oportunidade de estudar nessa escola, que é de primeiro mundo. Na Esem eu tive a oportunidade de conhecer novas pessoas, novas culturas, tive contato com pessoas de todo o país. Entrei uma menina insegura e agora saio uma mulher formada, preparada para o mundo, pois a Esem prepara não só para o vestibular, mas também para a vida”, declara Joice.

Alegria e nervosismo dividiram as emoções dos alunos durante o café da manhã, como foi o caso de Thaís Bruna. Apensar da felicidade da aprovação, ela também não escondeu o medo pela partida e a distância da família. Mas a mãe dela, Luciana Maurício Vieira, foi enfática: “essa oportunidade é igual a vacina. Dói, mas é necessária”.

Participaram do evento, a diretora regional do Sesc em exercício, Elza Isaac, a diretora de Programas Sociais do Sesc, Ilsa Galvão, gerentes e colaboradores de

unidades da instituição, os alunos aprovados, concluintes e seus familiares.

Sesc RN nota 10

Joice Freitas não foi a única potiguar estudante da Esem, aprovada no Enem 2015. Seus colegas Marcos Fidelis foi classificado em 2º lugar em Engenharia da Produção da UFRN; e Rodrigo Veras passou para o curso de Relações Públicas, na Universidade Federal Fluminense (UFF). Além disso, a própria Joice foi classificada em 4º lugar geral da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

“O nosso estado sempre foi muito bem representado na Esem. Já tivemos presidente do Grêmio Estudantil e nossos colegas sempre foram nota dez. Esperamos servir de exemplo. Sigam nossos passos e nos superem!” , incentiva Joice. Esem

O Sesc criou há sete anos um projeto pioneiro na área de educação. A Escola Sesc de Ensino Médio, localizada na Barra da Tijuca, é uma escola-residência, inteiramente gratuita, que atende a alunos de todo o país.

Inaugurada em 19 de fevereiro de 2008, com 176 alunos, hoje a unidade opera com capacidade plena: são 500 estudantes nas três séries do Ensino Médio, que moram nas vilas residenciais, junto com professores e gestores. 30 alunos potiguares já concluíram o ensino médio na escola carioca, e, em 2015, mais quatro iniciarão um novo ciclo lá.

As turmas têm no máximo 15 estudantes, com idades entre 13 e 18 anos. O projeto pedagógico da Escola se baseia na formação da cidadania e na articulação da área acadêmica e da educação profissional.

O regime de horário integral possibilita a oferta de atividades educativas em salas de aula e extraclasse em diversos espaços externos e internos da Escola, tais como: centro de liderança, teatro, laboratórios, oficinas, salas de artes, música e dança, biblioteca e complexo esportivo.

Atualizado em 27 de fevereiro às 14:57

Classificação: Positiva

VEÍCULO: NATAL NOTÍCIAS DATA: 27.02.15

Presidente da Fecomércio RN prestigia assinatura de Decreto que reduz ICMS sobre o querosene da aviação no estado

Marcelo Queiroz lembrou que a Federação pleiteia há mais de dois anos benefício fiscal como forma de estimular o turismo no Estado. Alíquota cai de 17% para 12%

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Fernandes de Queiroz, prestigiou na tarde desta quinta-feira (26) a solenidade de assinatura do Decreto que reduzirá o ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) do querosene da aviação. A alíquota do imposto passa de 17% para 12%, atendendo um pleito da classe turística do Rio Grande do Norte, capitaneado há mais de dois anos pela Fecomércio. A nova alíquota entra em vigor a partir do dia 1º de abril e as companhias aéreas precisarão fazer um pedido formal de concessão à SET.

“A Fecomércio levantou há cerca de dois anos a bandeira da redução do ICMS sobre o querosene da aviação, como forma de estimular o nosso setor turístico e até mesmo de ser um diferencial para o – à época – futuro aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Chegamos, inclusive, a influir este pleito em um documento que entregamos no ano passado ao então candidato ao governo, Robinson Faria”, afirmou Marcelo Queiroz.

Com a redução, o Governo do Estado espera que as companhias aéreas, em contrapartida, ampliem suas frequências de voos para o Rio Grande do Norte, realizando aqui o abastecimento integral das aeronaves. Além disso, a taxa de 17% onerava o valor dos bilhetes aéreos para o RN em até 40%, prejudicando a vinda de turistas ao destino potiguar.

“Hoje é um dia de vitória. Estamos oferecendo a oportunidade de fomentar a cadeia produtiva que gera mais empregos no Rio Grande do Norte. Natal estava ficando no fim da linha, assistindo de braços cruzados o desenvolvimento dos estados vizinhos”, declarou Faria.

O governador do Estado reforçou aos representantes das companhias aéreas que estavam presentes que ampliem a malha aérea no RN, tanto de voos entre os estados brasileiros como também “termos a oportunidade de receber voos internacionais, para Bogotá, Miami, Buenos Aires e Santiago. O benefício fiscal poderá, inclusive, ser ampliado para as empresas que trouxerem mais voos internacionais e domésticos para o nosso estado”, ressaltou Faria.

Robinson Faria, em discurso, prometeu que até o final de 2015 todas as obras de acesso ao aeroporto serão entregues e que a verba publicitária estadual será

utilizada para atrair turistas brasileiros e estrangeiros.

O titular da Secretaria do Estado de Turismo (Setur), Ruy Gaspar, agradeceu e parabenizou a medida do chefe do Executivo Estadual, atendendo ao trade turístico do RN, e garantiu que o Estado irá lucrar com a redução. “Essa luta é de mais de três anos, antes até do aeroporto de Brasília adotar a medida. É um marco histórico para o Rio Grande do Norte”, disse.

O presidente do Consórcio Inframérica, Alysson Paolinelli, que administra o aeroporto Internacional Governador Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante, também elogiou a atitude do governador tanto sobre a redução como encabeçar as negociações por novos voos com as companhias aéreas.

“O Rio Grande do Norte estava ficando para trás. Acompanhei o governador em viagem a São Paulo, como nunca tinha acontecido, participei das reuniões e vi o esforço pessoal do governador para tomar essa decisão. Estamos preparados para receber até seis milhões de passageiros com investimentos mínimos e também queremos, a partir da redução, aumentar a movimentação de cargas no terminal”, encerrou.

Estiveram também presentes na solenidade o deputado federal, Fábio Faria; os secretários estaduais de Tributação, André Horta; Gabinete Civil, Tatiana Mendes Cunha; os deputados estaduais, Hermano Moraes, Gustavo Carvalho, Galeno Torquato, Souza Melo, Márcia Maia, Fernando Mineiro, Disson Lisboa, Carlos Augusto Maia; representando a Prefeitura de Natal, o titular da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico (Seturde), Fernando Bezerril; o prefeito de Mossoró, Francisco José Silveira Júnior; o prefeito de São Gonçalo do Amarante, Jaime Calado; a gerente de Assuntos Regulatórios da TAM, Tatiane Novaes; o Diretor Comercial da GOL, Fábio Mader; o vice-presidente da Avianca, Tarcisio Gargioni; e o assessor da presidência da Azul, Guilherme Aberlini.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: VISOR POLÍTICO **DATA: 27.02.15**

Presidente da Fecomércio RN prestigia assinatura de Decreto que reduz ICMS sobre o querosene da aviação no estado | Visor Político

Postado por Alex Viana em Economia

27
fev

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Fernandes de Queiroz, prestigiou na tarde de ontem (26) a solenidade de assinatura do Decreto que reduzirá o ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) do querosene da aviação. A alíquota do imposto passa de 17% para 12%, atendendo um pleito da classe turística do Rio Grande do Norte, capitaneado há mais de dois anos pela Fecomércio. A nova alíquota entra em vigor a partir do dia 1º de abril e as companhias aéreas precisarão fazer um pedido formal de concessão à SET.

“A Fecomércio levantou há cerca de dois anos a bandeira da redução do ICMS sobre o querosene da aviação, como forma de estimular o nosso setor turístico e até mesmo de ser um diferencial para o – à época – futuro aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Chegamos, inclusive, a influir este pleito em um documento que entregamos no ano passado ao então candidato ao governo, Robinson Faria”, afirmou Marcelo Queiroz.

Com a redução, o Governo do Estado espera que as companhias aéreas, em contrapartida, ampliem suas frequências de voos para o Rio Grande do Norte, realizando aqui o abastecimento integral das aeronaves. Além disso, a taxa de 17% onerava o valor dos bilhetes aéreos para o RN em até 40%, prejudicando a vinda de turistas ao destino potiguar.

“Hoje é um dia de vitória. Estamos oferecendo a oportunidade de fomentar a cadeia produtiva que gera mais empregos no Rio Grande do Norte. Natal estava ficando no fim da linha, assistindo de braços cruzados o desenvolvimento dos estados vizinhos”, declarou Faria.

O governador do Estado reforçou aos representantes das companhias aéreas que estavam presentes que ampliem a malha aérea no RN, tanto de voos entre os estados brasileiros como também “termos a oportunidade de receber voos internacionais, para Bogotá, Miami, Buenos Aires e Santiago. O benefício fiscal poderá, inclusive, ser ampliado para as empresas que trouxerem mais voos internacionais e domésticos para o nosso estado”, ressaltou Faria.

Robinson Faria, em discurso, prometeu que até o final de 2015 todas as obras de

acesso ao aeroporto serão entregues e que a verba publicitária estadual será utilizada para atrair turistas brasileiros e estrangeiros.

O titular da Secretaria do Estado de Turismo (Setur), Ruy Gaspar, agradeceu e parabenizou a medida do chefe do Executivo Estadual, atendendo ao trade turístico do RN, e garantiu que o Estado irá lucrar com a redução. “Essa luta é de mais de três anos, antes até do aeroporto de Brasília adotar a medida. É um marco histórico para o Rio Grande do Norte”, disse.

O presidente do Consórcio Inframérica, Alysson Paolinelli, que administra o aeroporto Internacional Governador Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante, também elogiou a atitude do governador tanto sobre a redução como encabeçar as negociações por novos voos com as companhias aéreas.

“O Rio Grande do Norte estava ficando para trás. Acompanhei o governador em viagem a São Paulo, como nunca tinha acontecido, participei das reuniões e vi o esforço pessoal do governador para tomar essa decisão. Estamos preparados para receber até seis milhões de passageiros com investimentos mínimos e também queremos, a partir da redução, aumentar a movimentação de cargas no terminal”, encerrou.

Estiveram também presentes na solenidade o deputado federal, Fábio Faria; os secretários estaduais de Tributação, André Horta; Gabinete Civil, Tatiana Mendes Cunha; os deputados estaduais, Hermano Moraes, Gustavo Carvalho, Galeno Torquato, Souza Melo, Márcia Maia, Fernando Mineiro, Disson Lisboa, Carlos Augusto Maia; representando a Prefeitura de Natal, o titular da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico (Seturde), Fernando Bezerril; o prefeito de Mossoró, Francisco José Silveira Júnior; o prefeito de São Gonçalo do Amarante, Jaime Calado; a gerente de Assuntos Regulatórios da TAM, Tatiane Novaes; o Diretor Comercial da GOL, Fábio Mader; o vice-presidente da Avianca, Tarcisio Gargioni; e o assessor da presidência da Azul, Guilherme Aberlini.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: BLOG SUÉSBTER NERI

DATA: 27.02.15

SESC assina parceria e vai patrocinar montagem do Espetáculo P's – Blog Suéster Neri – Desde 2007



Compartilhar para

Representando a Associação União do Sobrado e a CIA de Teatro Trapiá, o artista caicoense Alexandre Muniz assinou contrato em Natal com o SESC, que vai patrocinar a montagem do Espetáculo “P’s”, do dramaturgo catarinense Gregory Haertel, e que terá a direção de Lourival Andrade e atuação do próprio Alexandre Muniz.

A assinatura da parceria foi testemunhada pelo presidente da Fundação José Augusto, Rodrigo Bico, e por artistas natalense e de outras regiões do Estado. “Vamos circular várias cidades com esse espetáculo e levar o nome de Caicó Brasil afora”, disse Alexandre.

« Movimento “Artistas na Gestão Cultural” abraça Centro Adjuto Dias

Bancada feminina quer cota de 30% das cadeiras do Congresso para mulheres »

Classificação: Positiva

NOTÍCIAS DE INTERESSE:

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 28.02.15

EDITORIA: POLÍTICA

Ressarcimento do Fundo de Previdência será em 4 anos

« **CONTAS PÚBLICAS** » Governador afirma que levou ao ministro Carlos Gabbas uma proposta para recompor os recursos que foram sacados

O ressarcimento do Fundo de Previdência do Estado deverá ser feito ao longo dos quatro anos. A proposta foi apresentada pelo governador Robinson Faria (PSD) ao ministro da Previdência, Carlos Gabbas, em audiência realizada na última quarta-feira, dia 25. Ao todo, de acordo com informações do próprio Executivo, foram usados R\$ 362 milhões do fundo previdenciário, de novembro do ano passado a fevereiro, a partir da lei de unificação dos Fundos.

"Vamos ressarcir durante o nosso mandato o que foi usado do Fundo de Previdência para o pagamento da folha de inativos e pensionistas", afirmou o governador Robinson Faria, ao conceder entrevista, depois de encontro com empresários, durante almoço na Casa da Indústria.

Segundo ele, o ministro mostrou-se receptivo à proposta que será ainda analisada pela equipe técnica e jurídica do Ministério. O governo alegou as dificuldades financeiras em quitar o débito de imediato, como dívida superior a R\$ 600 milhões, além de lei autorizativa que confere ao Estado o embasamento jurídico para o uso



DIVULGAÇÃO

Carlos Gabbas recebeu o governador para tratar das dificuldades do Estado com a Previdência



IVANIZO RAMOS

ro não foi renovado, conforme consta no portal do Ministério da Previdência Social, em virtude da não comprovação do repasse do recolhimento das contribuições previdenciárias. A decisão não envolve, segundo o governo do Estado, o uso do dinheiro do Fundo, mas pendências dei-

dos recursos do Fundo Previdenciário.

"Havia a previsão de não mais usarmos os recursos neste segundo mês, mas infelizmente sofremos a frustração de Fundo de Participação do Estado, com queda de R\$ 78 milhões este mês e tivemos que recorrer ao Fundo", disse o governador.

Para complementar a folha de pagamento de fevereiro, foi feito o saque de R\$ 35 milhões. O valor é inferior a retirada feita em janeiro, com a mesma finalidade, quando o Estado sacou R\$ 93 milhões.

"Estamos trabalhando para redução do custeio, com notificação a todos os secretários para tentar enxugar os gastos e pagar a nossa folha sem recorrer ao Fundo", acrescentou Robinson Faria.

Implicações

Os efeitos da perda do Certificado de Regularidade com a Previdência (CRP) ainda não são sentidos, na prática, pela atual gestão. O governador Robinson Faria afirmou que nenhum repasse está suspenso ou comprometido por ora. "Há uma compreensão por parte do Ministério, uma vez que esta é uma situação herdada e não restrita ao Rio Grande do Nor-



Governador Robinson Faria esteve na Casa da Indústria

INDÚSTRIA

Em visita à casa da Indústria, onde participou de almoço com a direção do Sistema Fiern e presidente dos Sindicatos ele reiterou a necessidade de afinar as agendas e o discurso entre setor público e a iniciativa privada que, segundo ele, está bem encaminhada. "Estamos aqui fortalecendo e estreitando esta parceria com todo o setor produtivo, discutindo aqui o novo Proadi, que será reformulado. A ideia não é criar novos tributos, mas criar um ambiente favorável para atração de investimentos e negócios para o Estado", afirmou Faria.

te, mas a quase todos os Estados em que novos governos assumiram e encontraram pendências", disse.

Desde a última quarta-feira, o Estado perdeu o Certificado de Regularidade com a Previ-

denciária (CRP), concedido Ministério da Previdência, e está impedido de receber transferências do Governo Federal em convênios e outros repasses.

O documento cuja validade venceu no dia 18 de feverei-

xadas pela gestão anterior. "Herdamos do Governo passado dez itens que impediram a renovação do certificado", disse Robinson Faria.

O governador informou que uma "força tarefa" foi instalada para atuar no trabalho e encontrar soluções que serão apresentadas ao Ministério. Com esse trabalho concluído, o governo vai solicitar a renovação do certificado.

Os comprovantes se referem ao débito de R\$ 93,5 milhões em repasses previdenciários. A dívida corresponde aos três últimos meses de contribuição previdenciária dos servidores do Estado de 2014, incluindo a que incide sobre o décimo terceiro salário. O Governo do Estado e o Instituto de Previdência do Rio Grande do Norte (Ipern) não repassaram ao Ministério o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR relativo ao 6º bimestre de 2014 ainda não foi enviado pelo Estado.

Sobre o empréstimo de R\$ 850 milhões, o governador afirma que está tramitando normalmente junto ao Banco do Brasil antes de ser enviado ao Tesouro Nacional. Nesta fase, necessitará da argumentação do Governo.

Robinson afirma que PL deverá ser recriado

Um projeto de lei que tramita no Congresso Nacional na tentativa de barrar a fusão de partidos não deverá atingir o projeto de resgatar o Partido Liberal, que deverá ser criado também no Rio Grande do Norte. "O Partido Liberal deverá ser criado. Essa votação na Câmara Federal não deverá impedir esta iniciativa, uma vez que o projeto da recriação do PL já estava tramitando", afirmou o governador Robinson Faria.

O processo de recriação do PL no país é articulado pelo ministro das Cidades, Gilberto Kassab, também fundador do PSD. Em relação a bancada, a volta da legenda não deverá afetar a composição de situação, segundo analisa o governador. "A

afinidade com o Governo e a governabilidade do Estado está acima da questão partidária. Até porque os projetos que seguem para AL são de interesse público", disse.

A recriação do Partido Liberal é tida como uma ponte para detentores de mandato que desejam não apenas aderir ao bloco de apoio do governador Robinson Faria, mas também deixar a legenda pelo qual foram eleitos. Pela legislação eleitoral, mudar de partido para uma legenda nova não prevê punição por infidelidade partidária. Por isso, o PL, criado com articulação do governador potiguar, se transforma em uma janela para aqueles que desejam aderir a base governista.



Gilberto Kassab articula a recriação do Partido Liberal

MARCELO CAMARGO/ABR

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 28.02.15

EDITORIA: POLÍTICA

Senador afirma que ajuste deveria ser mais drástico

« ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS » Garibaldi Filho aponta que diante da situação de dificuldades, governo precisaria de medidas mais efetivas

O senador Garibaldi Filho afirmou que a situação administrativa e financeira do Estado exige medidas mais drásticas do que as adotadas pelo governador Robinson Faria nestes dois meses de administração. Ele disse que ainda é cedo para fazer uma ampla avaliação do governo, mas há uma situação grave no Estado e, por isso, esperava iniciativas mais efetivas para que se chegasse a um equilíbrio. "É muito cedo ainda. Tem até aquele referência a cem dias, que talvez nem seja suficiente, mas esperava medidas mais drásticas, diante da situação que não é fácil", afirmou Garibaldi Filho, durante entrevista ao Jornal do Dia, programa transmitido pela TV Ponta Negra.

Garibaldi Filho lembrou que foi ministro da Previdência e, por isso, reconhece como preocupante os saques do governo do Estado nos recursos no Fundo Previdenciário. "Quando os servidores forem se aposentar vão precisar desses recursos, então é necessário uma reposição", destacou. O senador disse que o governo federal adotou medidas para exigir uma regularidade na administração destes recursos. Nesta semana, o Ministério da Previdência negou o certificado de regularização previdenciária ao Estado.

Durante a entrevista à TV Ponta Negra, Garibaldi Filho apontou a necessidade de discus-



MACIUS NASOMENTO

Garibaldi Filho afirma que o Congresso Nacional deve garantir prioridade à reforma política

são e votação, no Congresso Nacional, das propostas de reforma política. "É preciso votar esses projetos. A realidade política não corresponde ao desejo de mudança da população". Ele comentou que, até agora, houve dificuldade nessas votações em função das divergências entre os partidos. "Não há essa convergência quando se passa a discutir as questões, cada um tem uma reforma política para propor e defender, cada partido tem sua proposta", acrescentou.

Mas, disse o senador, é recomendável adotar o pragmatismo e tratar cada aspecto da reforma pontualmente, em uma articulação que seja possível avançar nas votações.

Dois projetos sociais voltam a ser analisados no Senado

O plenário do Senado aprovou o desarquivamento de duas propostas da área social. O PLS 577/2007, que concede seguro-desemprego a pequenos produtores vítimas de calamidades, e o PLS 250/2009, que permite a inclusão de estudantes de cooperativas no ProUni, haviam sido engavetados no fim do ano passado por decurso de prazo.

De autoria do senador Garibaldi Filho (PMDB-RN), o PLS 577/2007 garante a pequenos produtores rurais o direito de receber seguro-desemprego na ocorrência de estiagem, gada ou enchente. Par-

ceiros, meeiros e arrendatários rurais também seriam contemplados.

O pagamento seria no valor de um salário mínimo e estaria garantido por um máximo de cinco meses. Seria preciso comprovar inscrição na Previdência Social, não recebimento de outro benefício previdenciário e exercício de atividade rural no ano anterior. Já o PLS 250/2009, da ex-senadora Marisa Serrano, assegura bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos (ProUni) para estudantes que tenham cursado o ensino médio em cooperativas educacionais.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 01.03.15

EDITORIA: POLÍTICA

» ENTREVISTA » FÁBIO DANTAS

VICE-GOVERNADOR



FOTOS: MAGNUS NASCIMENTO

'O maior problema do governo está nas finanças'

« **CONTAS PÚBLICAS** » Fábio Dantas afirma que não há mais possibilidade do governo fazer cortes e a alternativa é aumentar base de contribuintes

O vice-governador Fábio Dantas analisa que o principal problema hoje do Estado é a situação financeira. Afinal, das finanças depende a implementação e ampliação de serviços e a própria execução dos planos do novo governo. Para ele, é a falta de recursos que leva a escolhas. "O resgate de toda valorização, dos serviços públicos,

tudo isso passa pelos recursos. Então quando não se tem recursos, a escassez faz você ter que fazer escolhas. Elas é que dão a dinâmica maior do serviço público", analisa. E em se tratando de finanças uma preocupação do vice-governador é com a previdência. Segundo ele, a criação da previdência complementar é algo urgente. Fábio Dantas disse que a dis-

cussão passará por todos os setores da sociedade.

Já sobre política, o vice-governador ainda aponta José Dias como o melhor nome para ser o líder da bancada do Governo. No entanto, essa é uma situação praticamente descartada já que o deputado rompeu com o Executivo.

Questionado sobre o trabalho

de vice, Fábio Dantas é direto: "Todas as vezes que o governador me demanda eu o ajudo nas suas missões. Sempre preservando a imagem maior, que é a do governador", diz ele, que tem o plano de fazer da Vice-governadoria um local de debates dos grandes problemas do Estado. Confira a entrevista do vice-governador Fábio Dantas.

Vice-governador, como o senhor avalia esses primeiros 50 dias de gestão do Governo Robinson Faria?

Primeiro, o que vejo é que as 24 horas de um dia estão pequenas para as demandas que o Rio Grande do Norte. A gente precisava ter um dia com 72 horas para que pudéssemos produzir alguma coisa. O tempo é muito curto e os problemas são muito complexos. Você precisa não só cuidar do dia-a-dia, mas planejar o Estado, que é mais difícil ainda. A curto prazo as medidas de funcionamento do Rio Grande do Norte, o governador e os secretários tem tido um trabalho muito cuidadoso, não de construir impérios, grandes obras, mas de fazer o dia-a-dia melhor, que é tentar melhorar a saúde, segurança, que, com todo o contexto, com toda a dificuldade, tem se dado ao cidadão uma sensação melhor.

A folha de pessoal continua sendo o principal problema?

Se você me perguntar qual o maior problema que eu vejo do Estado, eu lhe digo: são as finanças estaduais. O resgate de toda valorização, o resgate dos serviços públicos, tudo isso passa pelos recursos. Então, quando não se tem recursos, você tem que fazer escolhas. Elas é que dão a dinâmica maior do serviço público.

E como resolver as finanças? Qual o caminho a ser trilhado?

Não há mais de onde cortar. O que precisa ser feito a médio prazo é melhorar a arrecadação do Estado e atrair investimentos para que a gente não precise fazer um sufoco dos contribuintes atual. Ninguém enriquece um país sufocando contribuintes. Porém, com mais



mentar. Ela é fundamental para que a gente possa melhorar o fluxo hoje do futuro. Não estou pensando só no presente, mas no futuro. Com relação aos recursos da previdência que estavam depositados, na verdade, o que tem que se separar é de quem eram os beneficiários dos recursos que estavam lá. Nós temos hoje 104 mil servidores públicos. 60 mil servidores públicos estão na ativa e 40 mil na inativa. Desse 104 mil, apenas 14 mil fazem parte do bolo de R\$ 1 bilhão. 90 mil servidores não fazem parte do bolo. Com a união dos fundos (ocorrida no final do ano passado) os 104 mil fazem parte do bolo. E qual o bolo? É o que se arrecada durante o mês do servidor ativo as contribuições para pagar os inativos. Isso é no mundo inteiro. E aqui nós não conseguíamos pagar porque havia um déficit de quase R\$ 70 milhões. O que acontecia era que o servidor desse bolo de 90 mil servidores não tinha direito a usar o fundo e agora ele está usando o fundo para receber o seu salário em dia. O que é necessário?



Quando não se tem recursos, a faz você ter que fazer escolhas. Elas é que não dão a dinâmica maior do serviço público”

No momento que não tiver necessidade, não vai ser usado o fundo. Ele (o fundo previdenciário) seria uma forma. Ano passado se colocou na imprensa que o Estado usou R\$ 230 milhões do fundo no final do ano. Porém, o Estado colocou mais de R\$ 360 milhões no fundo para pagar quando não tinha dinheiro para pagar, só que não havia união no fundo.

Essa reforma da previdência a qual o senhor se refere passará por onde?

Por todos os segmentos da sociedade. Os principais interes-

vidor público não ter a garantia do seu futuro, o servidor público federal. E o que precisa ser feito é o que já foi feito: a previdência complementar que vai garantir. Inclusive na época os servidores do Supremo foram contrários, mas hoje são os grandes adeptos. Demora você cair a cultura do servidor público, mas esse servidor público que será beneficiado com a previdência complementar não é o atual, mas são os próximos que entrarão no Estado. Quem vai entrar já vai saber a regra e saberá que vai se aposentar pela previdência complementar.

O senhor acredita que a previdência complementar deve ser implantada ainda este ano?

Tem que ser urgente para que não precise adentar no fundo mais do que já entrou.

Como o senhor analisou a decisão do Ministério da Previdência de não emitir o Certificado de Registro Previdenciário?

Se essa negativa for originária de pendências, essas serão sanadas e o certificado será emitido. Se a decisão (de não emitir o certificado) for provocado pela unificação dos fundos previdenciários o Estado entrará com um mandado de segurança. No Supremo Tribunal Federal já há entendimento pacífico sobre esse assunto (para emissão do Certificado aos Estados que fizeram a unificação dos fundos). E tem um detalhe, no caso do Rio Grande do Norte o dinheiro do fundo previdenciário está sendo usado para pagar os próprios aposentados. No caso de Minas Gerais (onde ocorreu também a unificação dos fundos) Estado entra com Mandado de segurança Minas Gerais, Pernambuco.

» ENTREVISTA » FÁBIO DANTAS

VICE-GOVERNADOR

Planos de servidores trazem um custo de R\$ 330 milhões

« CONTAS PÚBLICAS » Vice-governador afirma que, para atender os funcionários públicos, vão faltar recursos em outras áreas do governo

Ainda sobre servidor, a implantação dos planos de cargos, carreiras e salários, previstas para este ano, será possível mesmo com toda essa situação?

Vai se garantir o dinheiro dos planos, mais vai faltar em algum lugar. Não existe regra diferente, um mais um é dois. Os planos trazem um custo de R\$ 330 milhões. Mas se houver um incremento de receita, como a Secretaria de Tributação está prevendo a situação será diferente.

É uma escolha de Sofia: paga os planos ou aplica o recurso para o sistema previdenciário?

É uma escolha de Sofia hoje. Mas isso tudo é baseado na realidade de hoje. Por exemplo, a primeira cota do FPE (Fundo de Participação dos Estados), de 10 de fevereiro, foi menor do que o ano passado isso em números reais. Então, veja, é algo muito preocupante. Outra coisa que não tínhamos no Estado era a cultura de se criar programa nas áreas essenciais. Então a secretária Kalina Leite (de Segurança) e Ricardo Lagreca (de Saúde) a médio e longo prazo estão programando ações para dinamizar esses setores porque uma das coisas principais é você ter projetos nas secretarias. O que ocorria era que as secretarias se detinham tanto a cuidar do dia-dia que não tem tempo para planejar.

Ano passado ainda, após ser eleito, o senhor disse que não gostaria de ser secretário. O que o senhor está fazendo como vice-governador? Como o senhor está interagindo na administração?

Todas as vezes que o governador me demanda eu o ajudo



PAULINO NEGRETO

nas suas missões. Sempre preservando a imagem maior que é a do governador. Na medida em que sou convocado eu vou participar. Aqui na Vice-governadoria nós vamos fazer um auditório do qual a ideia é poder trazer e dinamizar a questão dos conselhos. Como aqui na Vice tem uma atribuição menor, que é mais política do que administrativa. Quero trazer um auditório para que possamos debater problemas do Rio Grande do Norte. E a partir daí nós vamos levar ao governador as demandas prioritárias por cada setor, como saúde, assistência social, educação. A ideia é essa.

Falando sobre política, a relação do governador com a Assembleia na fase pós eleição da Mesa Diretora houve sequelas?

Isso é página virada. A eleição da Assembleia terminou da forma que eu imaginei que iria ser, um consenso e não havia disputa e não houve. O deputado Ezequiel foi eleito com 24 votos da Casa. Acho que isso é um gru-

po ou outro se sente que poderia ter participado da Mesa, eu já participei da Assembleia, no primeiro ano quis estar na Mesa, fui para disputa e no final foi feito acordo. Ganhar ou perder faz parte do processo democrático. E a casa do povo é o principal processo democrático. Eu sou a favor que em todas as vezes a Assembleia tivesse uma eleição.

Líder do Governo na Assembleia. Cargo para o qual o deputado José Dias estava cotado, antes de rachar com o governador Robinson Faria. O posto agora está vago. Quem se habilitaria para essa missão?

O deputado José Dias. Ele é a pessoa mais preparada, dentre todo esse processo ele é mais preparado.

Mas o senhor acredita na reaproximação do deputado José Dias com o governador Robinson Faria?

Pelo menos não vi motivos para o governador interferir na eleição da Assembleia e isso não

ocorreu. O processo foi feito entre os pares. Alguns fizeram alguma interferência no final, mas isso não mudou o resultado da eleição. Ele (o resultado da eleição) foi que o candidato Ezequiel soube explorar bem o sentimento da Casa.

O líder do Governo virá de onde?

Todos os deputados têm capacidade de defender bem a liderança do Governo e todos estão preparados para serem líderes.

O senhor é uma das principais lideranças do PC do B. Como o partido se prepara para eleição municipal?

A gente está recebendo muito convite do interior, de pessoas que estão querendo participar do processo no partido. Então a gente vai, com muito critério, muito cuidado, ouvindo sempre o presidente do partido e o comitê estadual, que é George Câmara, Camindê, Antenor, fazer em cada município criar as condições de disputar o pleito.

O governador ainda falta nomear vários cargos comissionados, inclusive da administração indireta. Há dificuldade para essas escolhas?

O governador está tendo muito cuidado porque como fez escolha de secretariado técnico sempre há, dentre essas escolhas, políticos que têm o currículo que podem participar da parte técnica. Esse cuidado que ele está tendo é para também poder congrega força política e preservar o discurso de campanha que é o governo técnico. Dificuldade ele está tendo porque está tendo o cuidado de fazer as escolhas.

« MOBILIZAÇÃO »

PSDB define estratégia para as manifestações

Maioria dos líderes do partido afirma que vão apoiar, mas sem a presença nos protestos

São Paulo (AE) - O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso reuniu, na sede do seu instituto, em São Paulo, os principais quadros do PSDB no Senado para definir a estratégia da legenda diante das manifestações pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff marcada para o dia 15 de março. Durante um almoço que contou com a participação dos senadores Aloysio Nunes (SP), Cássio Cunha Lima (PB), Tasso Jereissati (CE), José Serra (SP) e do presidente nacional da legenda, o também senador Aécio Neves (MG), FHC fez uma intervenção pregando que o PSDB estimule o movimento, mas mantenha distância institucional do mote "Fora Dilma".

"Tem que ficar claro que nós apoiamos, mas não somos promotores", disse o ex-presidente, segundo relatos dos participantes. De todos os presentes, o único que garantiu presença na manifestação foi Aloysio Nunes. Já Aécio e Serra disseram que não devem participar.

Os tucanos apostam que as manifestações, que estão sendo articuladas pelas redes sociais, terão grande "proporção", especialmente em São Paulo, principal reduto do PSDB. Os militantes do partido não participarão de forma organizada ou uniformizados, mas estarão no evento, que começará na Avenida Paulista. O trajeto da passeata ainda não foi definido.

"Quem defende o impeachment não está consciente dos mecanismos constitucionais. Essa bandeira representa mais a indignação das pessoas", diz Aloysio. "Eu vou participar, mas não queremos tomar conta. Trata-se de uma manifestação contra o governo e nós somos oposição", afirma o senador, que foi candidato a vice na chapa presidencial de Aécio na eleição do ano passado.

Cássio Cunha Lima reforça a posição do colega de bancada. "Não vamos fazer pirotecnia. O impeachment não está na pauta do partido, mas essa palavra não pode ser criminalizada."

Na saída do encontro, Aécio e Serra foram escalados para falar com a imprensa. "Não é uma manifestação partidária. Temos que estabelecer esse limite, ter esse cuidado. Não será iniciativa partidária", disse o mineiro.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 01.03.15

EDITORIA: POLÍTICA

STJ inocenta Henrique e Garibaldi em processo

« JUSTIÇA » Tribunal emite certidão de trânsito em julgado do processo sobre uso da estrutura do governo do Estado na gestão Garibaldi Filho

O Superior Tribunal de Justiça emitiu certidão do trânsito em julgado sobre o Recurso Especial número 1413013, que inocentou o senador Garibaldi Alves Filho e o ex-deputado federal Henrique Eduardo Alves. Ou seja, é o final do processo no Judiciário e com a absolvição dos acusados. O processo era referente ao suposto uso da Secretaria de Governo para promover uma candidatura, que nem mesmo chegou a ser lançada.

“Um processo absurdo, sem nenhuma fundamentação legal, que foi preciso depois de tanto tempo e irresponsáveis explorações políticas, ser arquivado por unanimidade pelo STJ”, destacou o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves.

Ele lamentou que a reparação chega tardia. “Reparação tardia, mas que chega pela consciência jurídica do país. Fico feliz pela justa reparação que sempre confiei”, comentou. Com a decisão do Superior Tribunal de Justiça o processo é encerrado, já que essa Corte era a última instância a apreciar o recurso do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Norte.

No STJ o processo teve como relator o ministro Mauro Cabpell Marques e o trânsito em julgado é datado de 24 de fevereiro deste ano. Inclusive, a Segunda Turma, da Secretaria dos Órgãos Julgadores do Superior Tribunal de Justiça emitiu o certificado atestando o trânsito em julgado. Ou seja, o processo é arquivado com a absolvição dos dois acusados.

A decisão do STJ confirma o entendimento, a unanimidade, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. O processo no qual o senador e o ex-presidente



Henrique Alves destaca decisão unânime da corte, mas lamenta reparação tardia e uso político

da Câmara dos Deputados figuravam como acusados ganhou destaque na recente campanha eleitoral, do ano passado, onde o então candidato ao Governo Robinson Faria tentava usar o fato do processo, embora com decisões favoráveis aos dois líderes do PMDB, ainda não havia transitado em julgado. Fato que agora se confirma.

Ainda na campanha eleitoral do ano passado a coligação de Robinson Faria usou reiteradamente os fatos. E a campanha do então candidato Henrique Alves manteve o esclarecimento de que o processo, em todas as instâncias pelas quais já havia tramitado, teve absolvição inclusive com a decisão unânime da Corte do Judiciário Estadual potiguar. O fato agora culmina com o trânsito em julgado e a absolvição dos líderes peemedebistas.



Certidão de trânsito em julgado foi emitida na semana passada

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 01.03.15

EDITORIA: POLÍTICA

CONTINUAÇÃO
DA PÁGINA 2 ▶

RINALDO REIS NEGA AGRESSÃO À ASSEMBLEIA

Após a denúncia apresentada sexta-feira (20), o programa Fantástico, da rede Globo, apresentou reportagem sobre a operação Sinal Fechado, no domingo (22). Algumas declarações dadas pelo procurador-geral de Justiça, Rinaldo Reis, na entrevista, acabaram sendo usadas contra ele, em discurso feito pelo deputado Ezequiel Ferreira de Souza, quando ele se defendeu das acusações, no plenário da Assembleia. O procurador argumenta que em momento nenhum quis atacar o Poder Legislativo, e, segundo ele, o "ruído" foi causado pela edição da reportagem.

De acordo com Rinaldo Reis, foi narrada ao repórter toda a investigação feita a partir da delação premiada e como se deu a operação para votação da lei dentro do Legislativo. "Não existe nada de ilícito no fato de buscar agilidade nas comissões. Em hora nenhuma nós tentamos macular a imagem da Assembleia. Isso lamentavelmente não saiu no Fantástico e pode ter gerado alguma insatisfação na Assembleia", justificou.

No mesmo dia que Ezequiel Ferreira fez seu discurso, outro deputado, Nelter Queiroz, acusou Rinaldo Reis de lobby e disse que o Ministério Público havia promovido uma retaliação contra ele. O procurador disse não saber a que o deputado se refere. "Com relação a lobby, se o que o deputado Nelter condena é eu ir lá para fazer a defesa dos projetos de lei



Segundo Rinaldo Reis edição da reportagem não incluiu tudo o que foi dito sobre o processo

que o MP encaminha, que são todos analisados e verificados a legitimidade e o interesse público na aprovação por todos os deputados, então realmente eu faço lobby. Se o que ele chama de lobby é isso e isso - me parece - que é um lobby lícito", disse. E acrescentou: "Agora, eu nunca prometi e nem nunca me solicitaram - ainda bem - qualquer valor para aprovação de qualquer projeto".

Outra polêmica que surgiu após a denúncia foi com relação ao uso das imagens gravadas por George Olimpio, sua legalidade. Na opinião dele, essa questão é se-

curdária. "Eu acho que os meios de imprensa deveriam estar mais preocupados em buscar, dar conhecimento sobre a verdade dos fatos. Se o fato aconteceu ou não. Acho que isso deveria ser o foco principal. Não estou condenando nada, o que qualquer veículo de imprensa esteja fazendo ou não. Estou só dizendo que talvez para a sociedade seja mais importante dizer o seguinte: o fato aconteceu ou não?", opinou.

Quanto à validade das provas, ele acredita que isso caberá à Justiça decidir. Mas assegura que "essas gravações são totalmente le-

gais como meio de prova, porque são gravações feitas por um dos interlocutores da conversa, das reuniões". O promotor Afonso de Lígório observa que "a delação foi homologada formalmente pelo juiz e ela já fazia referência a esses produtos". "A prova foi admitida no processo. E sabemos que vamos travar essa discussão e ela não nos assombra". Segundo ele, isso sempre ocorre. "Na Operação Impacto - que já tem condenados em segundo grau - desde o início foi questionado uma gravação porque era muito importante para a condenação".

CANDIDATO ÚNICO, CANDIDATURA TRANQUILA

Rinaldo Reis de Lima, 51, é cearense, natural da cidade de Tauá (CE), formado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e chegou a Natal em 1994. Em 1997 ingressou no Ministério Público. Antes de ser promotor foi bancário do Banco do Brasil. Torce pelo América, preferência que destoa da maioria dos promotores que o assessoram. É casado e tem três filhos. Em abril de 2013 foi eleito procurador-geral de Justiça. Agora pretende candidatar-se à reeleição.

Na entrevista a seguir ele fala sobre o assunto e aborda outras questões relacionadas ao processo eleitoral interno que ocorrerá dia 17 de abril próximo. Antes da votação, Rinaldo pretende tirar férias para visitar as promotorias e fazer campanha. Até agora, ele é candidato único na disputa. E considera que sua candidatura é tranquila.



MA: O SENHOR É CANDIDATO À REELEIÇÃO COMO PROCURADOR. POR QUÊ?

RINALDO REIS - Acho que há todo um trabalho que a gente vem fazendo na nossa instituição que eu sinto que posso contribuir para dar continuidade a esse trabalho. De outra parte eu recebi apoio de uma grande parte de colegas que me procuraram e pediram que eu permanecesse.

QUE AVALIAÇÃO O SENHOR FAZ DA ATUAÇÃO DA IMPRENSA QUANDO CRÍTICA O MINISTÉRIO PÚBLICO? Eu acho que

ver livre da crítica. A crítica ajuda a crescer e a corrigir. E a imprensa tem esse papel fundamental, da crítica mesmo e da informação. É lamentável que alguns veículos de comunicação daqui de Natal estejam se prestando tão somente a direcionar a informação - e até a deturpar a informação - de modo assim, a não prestar um bom serviço de comunicação. Mas a defender muitas vezes outros interesses. Aqui estou falando de modo geral. É lamentável, existem alguns. Não vou citar. Mas é claro que, de modo geral, acho que o jornalismo daqui de Natal é de boa qualidade.

O SENHOR TEME QUE ESSA DENÚNCIA APRESENTADA AGORA SEJA VINCULADA À SUA CANDIDATURA, COMO FORMA DE IMPULSIONÁ-LA?

De forma nenhuma. Minha candidatura existe desde novembro, quando manifestei; e em novembro nós não sabíamos que teríamos esses desdobramentos. É uma candidatura tranquila hoje. Tanto que até agora nem há

O RESULTADO PRECISA PASSAR PELO CRIVO DO GOVERNADOR?

Passa se tiver mais de um candidato, então a lista triplice vai ao governador, para que ele faça a escolha.

O SENHOR TEME QUE SEJA DITO QUE ESSE ARQUIVAMENTO EM FAVOR DO GOVERNADOR FOI FEITO PARA LHE BENEFICIAR, EM CASO DE LISTA TRÍPLICE?

Não. Não temo porque eu tenho uma história dentro dessa instituição que é bem conhecida, exatamente nesse tipo de atuação. E se eu temesse isso não teria denunciado

Legislativa do Rio Grande do Norte. E se eu temesse esse tipo de interferência política num processo desses de escolha não teria denunciado ou teria denunciado para depois de estar eleito, algo desse tipo. É um trabalho que eu faço há 14 anos. E sempre fizemos aqui com coragem. Eu e o grupo.

O QUE A POPULAÇÃO DO RN PODE ESPERAR DO MP?

O MP/RN é um dos mais altos do Brasil. A população pode esperar um trabalho firme, corajoso, sério, imparcial, sempre. Digo isso porque conheço meus colegas. Eu não estou dizendo isso da minha gestão para cá. Digo isso desde que me conheço dentro do MP. Desde que entrei. Eu sei que isso é uma marca que não tem como apagar nem fazer diferente. Estamos sujeitos a críticas e a crítica é bem vinda. A crítica séria, fundamentada. O MP não se abala por ataques injustos e levanos e com todas as levianidades que às vezes têm surgido.

O SENHOR ALMEJA SER DESEMBARGADOR?

Não.

ROBINSON FOI INFORMADO DO ARQUIVAMENTO EM DEZEMBRO

Ainda em dezembro do ano passado, pouco após o dia 17, o então governador eleito (e ainda vice-governador), Robinson Faria, soube que não seria mais investigado com relação à Operação Sinal Fechado. Quem informou sobre isso foi o próprio procurador-geral de Justiça, Rinaldo Reis. Ele conta que logo após decidir pelo arquivamento encaminhou a informação ao então vice-governador. "Nós iríamos entrar em recesso logo após, a partir do dia 22. Então eu o procurei e entreguei ao então vice-governador".

Rinaldo Reis esclarece, entretanto, que não informou sobre a denúncia que foi feita agora, em fevereiro, contra o deputado que acabou se tornando - com o apoio de Robinson - presidente da Assembleia Legislativa. "O procurador não pode adiantar isso", assegura Afonso de Lígório. "Não posso adiantar isso para ele. Agora, fiz o ar-

quivamento com relação a ele", complementa Rinaldo Reis.

Mesmo assim, com o arquivamento, os dois explicam que isso não invalidou a delação. Na investigação que culminou com o arquivamento da investigação com relação a Robinson Faria, não foram pedidas as quebras de sigilo bancário e telefônico dele. "A gente achou que não havia necessidade de chegar a esse ponto", justifica Rinaldo Reis. Nem também foram investigadas as contas eleitorais do político. "As contas eleitorais? Eu acho que ele não iria botar nunca nas [risos] contas um valor recebido dessa forma", avalia o procurador.

Ainda segundo Rinaldo Reis, a diferença de datas entre o arquivamento em favor de Robinson Faria e a denúncia contra Ezequiel se deve ao fato de que para a acusação contra o deputado o Ministério Público ainda esperava a confirmação de da-



Getúlio Rego foi ouvido pelo MP

dos sigilosos.

O procurador explicou ainda que na investigação relativa a Robinson Faria, o processo de votação foi totalmente checado. Foi então que os promotores perceberam que a assinatura de Robinson constante nos documentos era falsa. "E aí perguntamos a ele se a assinatura era dele. Ele negou peremp-

toriamente. Então procedemos uma perícia pelo ITEP", explica Afonso de Lígório. "Era uma assinatura completamente divergente. Nem buscava imitar. Mesmo assim o perito do ITEP colheu assinatura dele para analisar se havia traços. Colheu material dele e deu depois a resposta que era falsificação", completou Rinaldo Reis.

Nesse processo de checagem ainda foram ouvidos os deputados Getúlio Rego e José Dias, que confirmaram o funcionamento dos processos legislativos, informando que nem tudo passa pela presidência.

Não foi aberta investigação sobre a falsificação da assinatura porque não havia suposto falsificador a apontar. O Ministério Público acredita que nenhum outro deputado participou do caso de corrupção. 22 parlamentares votaram naquele dia favoravelmente à Lei em questão.

GEORGE OLÍMPIO USOU NOME DE POLÍTICOS PARA OBTER PROVAS

Em mais de uma vez nos áudios liberados pelo Ministério Público é possível ouvir George Olímpio e outro denunciado afirmando que ao Ministério Público interessava, na verdade, "foder" José Agripino e Wilma de Faria, referindo-se ao senador e à então candidata ao Senado. Por conta dessa declaração, o Ministério Público chegou a colher um depoimento específico do delator sobre essas afirmações, para se resguardar de acusações no futuro. "O que ele disse para gente é que usou isso como argumentação para conseguir que



Delator confirmou em vídeo manobra para gerar declarações

falassem o que ele queria que falassem. Como eu disse, não foi o MP que procurou o George. Foi George quem procurou o MP", explica o promotor Afonso de Lázario.

"Tem um depoimento dele

(George) sobre isso. Para ele esclarecer isso aí. Porque nós não poderíamos ficar com essa pecha. Ele queria documentar as tratativas, aí o problema é dele. Nós tivemos o cuidado de gra-

var um áudio sobre isso aí. E se for o momento podemos até disponibilizar posteriormente. Nós não temos nada a ver com isso e não temos interesse com relação a "a" ou "b". O importante é que todo aquele que for encontrado em culpa seja levado à barra dos tribunais, qualquer que seja sua orientação política, religiosa ou social", afirmou.

O procurador-geral de Justiça, Rinaldo Reis, disse ainda que o Ministério Público "não tem interesse especial por ninguém". "Eu sou promotor do patrimônio público desde 2001, Afonso desde 2002 e já mudou Governo várias vezes de vários partidos diferentes, e nós nunca demonstramos nenhum interesse partidário e político. Nosso interesse é pela verdade", argumentou.

qualquer outro nome posto. Não que não possa aparecer. Mas estamos praticamente na véspera da eleição (dia 17 de abril) e nenhum outro nome aparece. Eu não precisaria de nada desse tipo para viabilizar a minha eleição, como primeiro lugar – porque são eleitos três, caso existam. Embora, claro, possa ainda surgir e tirar mais votos. Eu não preciso desse tipo de trabalho, de denúncias, nem nada...

NEM DE ARQUIVAMENTOS?

Nem de arquivamentos nem nada. Para que a minha classe saiba do meu trabalho e da minha capacidade de permanecer ou não à frente da Procuradoria. A classe conhece.

QUE AVALIAÇÃO O SENHOR FAZ DO FATO DO MP, AGIR, DENUNCIAR, MAS NINGUÉM SER CONDENADO, NINGUÉM IR PRESO PELO CRIME?

Infelizmente, o sistema de recurso permite que os processos se arrastem por muitos e muitos anos e lamentavelmente tem havido uma tendência dos tribunais superiores de alargar as penas de prisão nesses crimes de colarinho branco. Veja o que aconteceu, por exemplo, com relação ao mensalão. Realmente frustrou a sociedade. E não sou eu quem diz isso. É lamentável. São interpretações. Quem sabe isso não muda e a gente passa a ter penas mais efetivas e condenações mais rápidas, para quem efetivamente tiver culpa comprovada.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 28.02.15

EDITORIA: POLÍTICA

Associação de Promotores do RN defende legalidade de gravações da Sinal Fechado

PARA AMPERN, SUPREMO TRIBUNAL JÁ TEM JURISPRUDÊNCIA GARANTINDO LEGALIDADE DESSE TIPO DE PROVA

Cléo Marques
REPORTER DE POLÍTICA

A Associação dos Promotores do Rio Grande do Norte (Ampern) divulgou nota na manhã deste sábado para, assim como o Movimento de Combate à Corrupção (MARCCO), declarar apoio as investigações e ações denunciadas pelo Ministério Público do RN e pela Procuradoria-geral Justiça (PGJ) referentes a Operação Sinal Fechado. Para a Ampern, inclusive, não há dúvidas da legalidade das gravações feitas pelo réu George Olímpio e anexadas aos processos como elemento de prova contra os envolvidos - entre eles, o presidente da Assembleia, Ezequiel Ferreira, do PMDB, e a ex-governadora e atual vice-prefeita, Wilma de Faria (PSB).

"A Ampern esclarece, a respeito dos áudios entregues pelo réu colaborador ao MPRN no âmbito da referida investigação, que é pacífico na jurisprudência do STF que a gravação ambiental feita por um dos interlocutores, sem o conhecimento do outro, pode ser livremente utilizada como prova em processo judicial", afirmou a associação em nota divulgada pelo presidente do órgão, o promotor Eudo Leite.

A legalidade das gravações tem

sido questionada pelos advogados de alguns réus porque elas teriam sido feitas sem a autorização judicial. Contudo, assim como a Ampern, o próprio procurador-geral de justiça, Rinaldo Reis, já havia ressaltado que não haveria a necessidade dessa autorização, uma vez que se trata de gravação feita por um dos participantes da conversa e não por meio de escutas escondidas ou telefônicas.

Além disso, a Ampern também defendeu a legitimidade do Ministério Público para realizar as investigações e negou qualquer possibilidade de interferência política motivadora para esse trabalho. "A Ampern vem a público manifestar o seu irrestrito apoio e solidariedade aos membros do MPRN, em razão de recentes notícias envolvendo a operação Sinal Fechado, em que se revelam acusações de utilização de provas ilícitas, "malícia" na condução da investigação e utilização política da atuação do MPRN", ressaltou Eudo Leite.

"O MPRN é instituição que goza de autonomia e independência e que, a serviço exclusivamente da sociedade potiguar, tem conduzido inúmeras investigações, seja no que se refere ao combate à corrupção, seja nas mais diversas searas da criminalidade, de maneira firme, corajosa e responsável, vi-



Promotor Eudo Leite, presidente da Ampern, defende legalidade de gravações usadas por procurador-geral de Justiça, Rinaldo Reis, em denúncia contra Ezequiel Ferreira



Foto: Web por Rest 2

sando unicamente atender ao interesse público e ao efetivo cumprimento da lei", acrescentou a Ampern.

"O MPRN, ao longo de sua trajetória, destacou-se por uma atuação transparente e respeitosa, jamais fazendo distinção entre in-

vestigados, razão porque são injustas quaisquer ilações quanto à eventual "malícia" e utilização política da referida investigação, o que, em verdade, representa uma clara tentativa de desqualificar a atuação isenta do MPRN, o que, ademais, é inaceitável no Estado

Democrático de Direito", ressaltou a nota.

"A AMPERN, enfim, reitera o seu integral apoio ao Procurador-Geral de Justiça, Rinaldo Reis, e aos Promotores de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Natal, manifestando a

sua total confiança de que a atuação dos mesmos está unicamente comprometida com o descortinamento da verdade sobre os fatos investigados, o que é do total interesse da sociedade potiguar", finalizou o promotor Eudo Leite, presidente da Ampern.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 28.02.15

EDITORIA: POLÍTICA

ASSEMBLEIA FORMA COLÉGIO DE LÍDERES

/ COMPOSIÇÃO / DEPUTADOS FAZEM A ESCOLHA DAS LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS E DE BLOCOS, MAS ALGUMAS DEFINIÇÕES SÓ DEVEM SER TOMADAS NA PRÓXIMA SEMANA

CLÁUDIO OLIVEIRA
DO NOVO JORNAL

COM EXCEÇÃO DO PSD, partido do governador Robinson Faria; do DEM e do Solidariedade; já estão escolhidos os líderes e também formados os blocos partidários na Assembleia Legislativa do estado. Contudo, ainda não ficou definida a composição das comissões técnicas da Casa, que dependem do entendimento entre os parlamentares e de um jogo em que os espaços nestas comissões são preenchidos de acordo com a representatividade de cada legenda ou dos blocos.

Conta também a participação no colégio de líderes, cujas atribuições estão previstas no Regimento Interno da Casa, a citar algumas: opinar sobre a fixação do número de membros das comissões permanentes, bem como sobre a representação das bancadas nas diversas comissões; estabelecer entendimentos políticos entre as bancadas, sem prejuízo da competência legislativa do plenário e das comissões; dispensar exigências e formalidades regimentais para agilizar a tramitação das proposições.

Como o colégio tem a prerrogativa de definir as características das comissões, o primeiro passo das comissões, o primeiro passo da nova legislatura, após eleger a Mesa Diretora, foi escolher as lideranças partidárias e as comissões.

Na atual legislatura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, somente três partidos formam bancada. O PMDB, que possui cinco deputados assentados na Casa (Ezequiel Ferreira, Álvaro Dias, Gustavo Fernandes, Hermano Moraes e Nêlter Queiroz), PROS com quatro parlamentares (Ricardo Motta, Albert Dickson, Raimundo Fernandes e Gustavo Carvalho) e PSD, com três deputados (Dison Lisboa, Galeno Torquato e José Dias) possuem número suficiente para integrar o Colégio de Líderes.

Os deputados Raimundo Fernandes (PROS) e Gustavo Fernandes (PMDB) são os novos líderes de seus respectivos partidos. Essas indicações foram protocoladas pelos integrantes das legendas e grupos partidários em ofício encaminhados ontem à Mesa Diretora.

Ficou para a próxima semana a definição do líder do PSD, partido do governador Robinson Faria, representado na Assembleia pelos deputados Dison Lisboa, Galeno Torquato e José Dias, que enfrentam uma crise interna com o rompimento do deputado José Dias,



▶ Raimundo Fernandes, líder do PROS



▶ Gustavo Fernandes, líder do PMDB



▶ Fernando Mineiro, líder do bloco PT/PHS/PC do B



▶ Jacó Jácome, líder do bloco PMN/PT do B/PR



▶ Tomba Farias, líder do bloco PSB/PDT

que já anunciou a decisão de deixar a legenda.

Para integrar o Colégio de Líderes, os deputados que não tem correligionários no parlamento precisam se unir a, pelo menos, mais dois colegas na mesma situação e formar um bloco. Com isso, escolhem um representante e têm assento no colégio. Isso ocorre com o PT, PHS e PCdoB; PMN, PTdoB e PR; e PSB e PDT.

Os deputados Fernando Mineiro (PT), Jacó Jácome (PMN) e Tomba Farias (PSB) foram escolhidos para liderar seus respecti-

vos blocos, mas ainda faltam os deputados Getúlio Régio (DEM), José Adécio (DEM) e Kelps Lima (SDD), que deixaram para decidir na próxima semana suas participações em novo bloco partidário.

A Assembleia informou que ainda não tem uma data definida para que se defina a composição das comissões permanentes, visto que depende do entendimento dos parlamentares, fato que deve ocorrer nos próximos dias. Os partidos deverão estar representados nas comissões da mesma forma como estão em plenário.

/ SOLIDARIEDADE /

ASSOCIAÇÃO DEFENDE MPE NA OPERAÇÃO SINAL FECHADO

A ASSOCIAÇÃO DO Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (Ampern) manifestou ontem, através de nota, solidariedade ao MPRN depois das acusações de a instituição ter usado "provas ilícitas" para conduzir as investigações da operação Sinal Fechado. Isso porque algumas matérias publicadas na imprensa local tratavam da possível ilicitude das gravações utilizadas no processo.

Na nota, a Associação destacou positivamente a atuação do MP e defendeu que é pacífico na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que a gravação ambiental feita por um dos interlocutores, sem o conhecimento do outro, pode ser livremente utilizada como prova em processo judicial.

A Ampern afirmou também ter total confiança nos promotores de Justiça que conduzem o caso e disse que o trabalho deles é comprometido com a verdade e o interesse da sociedade potiguar. A polêmica em torno das gravações apresentadas pelo Ministério Público como provas para incriminação de suspeitos do suposto esquema de corrupção na Assembleia Legislativa começou depois que algumas matérias jornalísticas que questionavam a validade dos áudios foram publicadas no decorrer desta semana.

decorrer desta semana.

As gravações foram feitas pelo advogado George Olímpio entre fevereiro de 2011 e julho de 2014. Ainda em julho do ano passado George assinou um Termo de Colaboração Premiada com o MP, o que resultou nas novas denúncias.

A partir dos depoimentos da delação premiada prestados por Olímpio, bem como das gravações apresentadas como provas do suposto esquema montado para a aprovação pela Assembleia Legislativa do projeto de Lei 213/09 (Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos do Estado do Rio Grande do Norte), o MP apresentou denúncia contra o deputado estadual e presidente da AL, Ezequiel Ferreira (PMDB), por suposta participação no esquema investigado pela operação.

Para alguns especialistas, os áudios e vídeos apresentados pelo MPRN na última terça-feira (24) como parte da investigação não podem ser considerados como provas pela Justiça. Esta é a interpretação, por exemplo, do advogado constitucionalista e professor de Direito Paulo Lopo Saraiva. Segundo ele, as gravações só poderiam ser anexadas ao inquérito, e, portanto, ser consideradas como legais se fossem realizadas com a devida

Lideranças nas bancadas

PROS

Líder: Raimundo Fernandes

▶ Ricardo Motta, Albert Dickson, Raimundo Fernandes e Gustavo Carvalho

PMDB

Líder: Gustavo Fernandes

▶ Ezequiel Ferreira, Álvaro Dias, Gustavo Fernandes, Hermano Moraes e Nêlter Queiroz

PSD

Líder: Será definido na próxima semana

▶ Dison Lisboa, Galeno Torquato e José Dias

Lideranças nos blocos

PT - PHS - PC do B

Líder: Fernando Mineiro (PT)

▶ Souza (PHS) e Cristiane Dantas (PC do B)

PMN - PTdoB - PR

Líder: Jacó Jácome (PMN)

▶ George Soares (PR) e Carlos Augusto Mala (PTdoB)

PSB - PDT

Líder: Tomba Farias (PSB)

▶ Márcia Maia (PSB) e Agnelo Alves (PDT)

/ RECURSOS /

TJ vai cobrar dívida ativa de R\$ 15,7 milhões

O TRIBUNAL DE Justiça do Rio Grande do Norte vai cobrar R\$ 15,7 milhões de Dívida Ativa estadual neste ano de 2015. De acordo com o que informou ontem através de nota, o presidente do TJRN, desembargador Cláudio Santos, convocará a Procuradoria Geral do Estado (PGE) para que realize a cobrança junto aos devedores dos valores do débito, que remonta a 2011.

Os R\$ 15,7 milhões são oriundos de multas e custas judiciais e extrajudiciais dos quais o Tribunal de Justiça é credor. O levanta-

mento realizado pela Secretaria de Orçamento e Finanças do TJRN aponta 23.061 inscrições na Dívida Ativa mediante inadimplência com o pagamento de multas e custas processuais. Do valor total, em torno de R\$ 2,5 milhões, segundo a PGE, resulta da ausência de repasse de taxas obrigatórias por parte dos cartórios. São as chamadas custas extrajudiciais.

O desembargador Cláudio Santos declarou que o Tribunal de Justiça vai requerer "o que é de direito". "Estes recursos pertencem ao Judiciário e certamente irão con-

tribuir para que seja possível investir em áreas consideradas prioritárias", assinalou o magistrado.

De acordo com o Tribunal de Justiça, a inscrição de pessoas físicas ou jurídicas na Dívida Ativa implica, entre outras coisas, na impossibilidade de retirada da certidão negativa para atos diversos da vida civil e no confisco de bens do devedor para saldar o débito existente. Na nota publicada no site oficial do Judiciário potiguar, o Tribunal de Justiça informou também que realizará, durante o ano de 2015, uma série de inspeções nos

cartórios do Rio Grande do Norte. O objetivo da ação do TJ é fiscalizar os livros de registros, o repasse dos recursos ao Fundo de Fundo de Desenvolvimento da Justiça (FDJ) e para prestar esclarecimentos sobre assuntos variados.

O TJ afirmou ainda que o cronograma de inspeções que contempla até o mês de março já foi aprovado. Serão visitadas para averiguação as comarcas dos municípios de Tangará, Afonso Bezerra, Pendências, Apodi, Santo Antônio, Nova Cruz, São José do Campestre, Marcelino Vieira, Luís Gomes, São

Miguel, Mossoró, Serra Negra do Norte, São João do Sabugi e respectivos termos, todos no interior.

O Poder Judiciário destaca que, apesar da definição, o cronograma das inspeções extrajudiciais poderá ser alterado, a critério do corregedor-geral de Justiça, desembargador Saraiva Sobrinho. Segundo o TJ, pode haver eliminação ou acréscimo de correições, inspeções ou visitas, bem como o horário de início das atividades a serem desempenhadas nas comarcas no trabalho de inspeção também pode sofrer modificações.

autorização judicial.

Já para o advogado criminalista e presidente da Comissão de Direito Criminal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RN), Rilke Barth, a validade desse tipo de gravação como prova em um inquérito deve ser analisada caso a caso e dependerá do entendimento do juiz. A respeito dos questionamentos levantados quanto às provas, o MPJ por meio de nota enviada ao NOVO JORNAL, respondeu que "todas as divulgações têm amparo legal e em decisões judiciais, estando absolutamente de acordo com as regras processuais em vigor".

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 28.02.15

EDITORIA: POLÍTICA

DILMA DIZ QUE REAJUSTE NA ENERGIA É PASSAGEIRO

/ SECA / PRESIDENTA DIZ QUE OS AUMENTOS NOS PREÇOS DA ENERGIA OCORREM EM FUNÇÃO DO FATO QUE O PAÍS ENFRENTA A MAIOR FALTA DE ÁGUA DOS ÚLTIMOS 100 ANOS

A PRESIDENTA DILMA Rousseff disse ontem (27) que o aumento nos preços da energia elétrica são passageiros e motivados pelo período de seca pelo qual passa o país. Segundo ela, a substituição das formas de produção de energia em momentos de estiagem, das usinas hidrelétricas para as térmicas ou biomassa, faz com que seja necessário arcar com as despesas das matérias-primas.

"Você só vai usar ela [energia térmica], porque é mais cara, quando você precisar. Nós estamos precisando. Os aumentos nos preços da energia são passageiros, estão em função do fato que o país enfrenta a maior falta de água dos últimos 100 anos", justificou. De acordo com a presidenta, a produção de energia hidrelétrica é a mais barata, porque não é necessário pagar pela água, diferentemente de itens como o gás, carvão ou biomassa.

Dilma deu as declarações em



ELZA FLUZA / ABR

► Dilma Rousseff, presidenta da República: "Desperdício zero"

Santa Vitória do Palmar (RS), durante inauguração do Parque Eólico Geribatu, que vai ser capaz de produzir 250 megawatt de energia. Ela disse que as consequências da seca não significam "que nós vamos ter qualquer proble-

ma sério ou mais sério na área de energia elétrica. Não iremos ter, porque temos todo um sistema de segurança. Isso também não significa que vamos sair por aí jogando energia pela janela e não consumindo de forma racional",

defendeu.

Para a presidenta, a parte do governo é garantir a oferta de energia. Em contrapartida, os cidadãos também têm que colaborar evitando o desperdício de energia. "Desperdício zero. Diversificação da matriz mais desperdício zero é a garantia de segurança do país", enunciou, antes de citar exemplos: "Não tem porque a geladeira ficar aberta se você não está usando, nem deixar o chuveiro ligado quando não está usando. Não tem porque a gente jogar fora a energia que custa tanto produzir".

O Parque Eólico Geribatu atenderá o consumo energético de 1,5 milhão de habitantes. Junto com os sistemas de transmissão, foram investidos no parque R\$ 2,1 bilhões em recursos públicos e privados. Ao lado dos parques de Chuí e Hermenegildo, compõe o Complexo Eólico Campos Neutrais, o maior da América Latina.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 28.02.15

EDITORIA: POLÍTICA

> SUCESSÃO MUNICIPAL

Beto Rosado declara apoio à reeleição do prefeito de Mossoró, mas não descarta ser candidato em 2016

O deputado federal Beto Rosado (PP), estreante na política, disse ontem, em entrevista a 96 FM, que poderá apoiar a candidatura à reeleição do atual prefeito de Mossoró, Francisco José Júnior (PSD). No entanto, provocado sobre a possibilidade, ele não descartou ser uma alternativa ao pleito, embora tenha dito não ser esta a sua prioridade.

Beto explicou que no último pleito esteve ao lado do prefeito Francisco José trabalhando pela eleição do governador Robinson Faria (PSD) e da senadora Fátima Bezerra (PT). Isso, na sua avaliação, naturalmente fortalece o laço em favor do apoio ao atual prefeito.

Entretanto, como sobrinho da ex-governadora Rosalba Ciarlini, Beto Rosado poderá ser convocado pela tia para disputar a Prefeitura pelo grupo da governadora, caso ela própria não consiga viabilizar a candidatura dela, em função de inelegibilidade decretada pela Justiça Eleitoral.

"Eu e o prefeito estivemos no



Beto Rosado, filho do ex-parlamentar Betinho Rosado, foi eleito deputado federal



Atual prefeito, Francisco José Júnior, tenta ser candidato a prefeito no próximo ano

mesmo palanque em 2014, defendendo as candidaturas de Fátima e Robinson. O meu apoio à sua reeleição seria natural, portanto poderemos estar juntos em 2016. Isso também depende do desejo dele. Sou parceiro da administração e estou aqui para ajudá-lo, até pelo bem da cidade", declarou Beto, durante a entrevista a 96 FM.

Reiterando sempre que sua prioridade é o mandato de deputado federal, "herdado" do pai, ex-deputado federal Betinho Rosado, Beto diz que muito dificilmente disputaria o pleito municipal. No entanto, como a política é uma atividade dinâmica, ele não deixa a porta totalmente fechada.

"Não vou descartar porque em política tudo pode acontecer. Mas não é meu desejo participar dessa disputa. Estou focado no mandato de deputado federal e quero representar bem o meu estado. A minha intenção é essa, retribuir a confiança que recebi na Câmara dos Deputados", declarou Beto Rosado na entrevista de ontem.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 28.02.15

EDITORIA: POLÍTICA

> INADIMPLÊNCIA

TJRN cobrará Dívida Ativa de R\$ 15,7 milhões

O Tribunal de Justiça do RN (TJRN) é credor, somente nos últimos quatro anos, de R\$ 15,7 milhões em multas e custas judiciais e extrajudiciais, montante oriundo de processos da Dívida Ativa Estadual. O presidente do TJRN, desembargador Cláudio Santos, afirmou que provocará a Procuradoria Geral do Estado (PGE) para que realize a cobrança junto aos devedores dos valores do débito que remonta a 2011.

Levantamento realizado pela Secretaria de Orçamento e Finanças do TJRN aponta 23.061 inscrições na Dívida Ativa face inadim-

plência com o pagamento de multas e custas processuais. Do valor total, em torno de R\$ 2,5 milhões, segundo a PGE resultam da ausência de repasse, pelos cartórios, de taxas obrigatórias - são as chamadas custas extrajudiciais.

O desembargador Cláudio Santos declarou que o Tribunal de Justiça requererá o que é de direito. "Estes recursos pertencem ao Judiciário e certamente irão contribuir para que seja possível investir em áreas consideradas prioritárias", assinalou o magistrado.

A inscrição de pessoas física ou jurídica na Dívida Ativa impli-

ca, entre outras coisas, na impossibilidade de retirar certidão negativa para atos diversos da vida civil e no confisco de bens do devedor para saldar o débito existente.

INSPEÇÕES

O Tribunal de Justiça realizará durante o ano uma série de inspeções nos cartórios do Rio Grande do Norte, para fiscalizar os livros de registros, o repasse dos recursos ao Fundo de Fundo de Desenvolvimento da Justiça (FDJ) e para prestar esclarecimentos sobre assuntos variados.

O cronograma das inspeções

extrajudiciais poderá ser alterado, a critério do corregedor-geral de Justiça, desembargador Saraiva Sobrinho, com eliminação ou acréscimo de correções, inspeções ou visitas, bem como o horário de início das atividades.

O cronograma que contempla até o mês de março já foi devidamente aprovado. Serão visitadas as Comarcas de Tangará, Afonso Bezerra, Pendências, Apodi, Santo Antônio, Nova Cruz, São José do Campestre, Marcelino Vieira, Luís Gomes, São Miguel, Mossoró, Serra Negra do Norte, São João do Sabugi e respectivos termos.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 28.02.15

EDITORIA: POLÍTICA

Ricardo Gurgel anuncia candidatura a prefeito com apoio de Robinson Faria

SEM ROMPER COM MAURÍCIO MARQUES, PRESIDENTE DA CÂMARA DEVERÁ DISPUTAR A PREFEITA DE PARNAMIRIM

Alu Vau
REPORTER DE POLÍTICA

O presidente da Câmara Municipal de Parnamirim, Ricardo Gurgel (PSB), anunciou sua candidatura à Prefeitura de Parnamirim. Nesta sexta-feira, ele esteve com o prefeito Maurício Marques (PDT) e comunicou a decisão de lançar-se candidato. Como presidente do Poder Legislativo Municipal, porém, Gurgel reiterou que mantém a parceria administrativa com o Executivo em prol de projetos para o município.

Ricardo Gurgel desponta como o nome mais forte entre os políticos tidos como renovação política de Parnamirim, na corrida pré-sucesória do ano que vem. Na campanha para governador do Estado, o ano passado, ele liderou a derrota do prefeito Maurício Marques ao apoiar a

candidatura de Robinson Faria (PSD) no município. Além de Marques, Gurgel derrotou o então líder político Agnelo Alves. Marques e Agnelo apoiaram o candidato derrotado, Henrique Eduardo Alves (PMDB).

Por conta disso, Ricardo Gurgel conta com o apoio do governador Robinson Faria para disputar o pleito. Robinson já se manifestou publicamente favoravelmente à candidatura de Gurgel. Além de embasada por pesquisas de opinião pública e do apoio do governador, a candidatura do atual presidente da Câmara tem o aval do deputado federal Fábio Faria (PSD) e do deputado estadual Carlos Augusto Maia (PC do B). Então vereador em Parnamirim, Carlos Augusto Maia foi eleito deputado estadual com o apoio do grupo de Ricardo Gurgel.

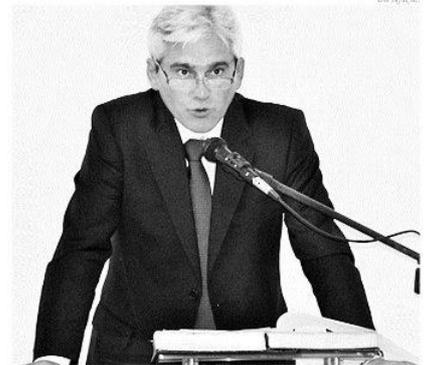
A senadora Fátima Bezerra (PT), forte liderança em Parnamirim, também manifestou, nos bastidores, simpatia pela candidatura do vereador Ricardo Gurgel. "Quero também o apoio do prefeito Maurício Marques", disse Gurgel esta manhã ao Jornal de Hoje.

Ontem, na conversa com o prefeito Maurício Marques, Ricardo Gurgel rejeitou apoiar a candidatura de Naur Ferreira. O sentimento do presidente da Câmara é o mesmo manifestado pelo povo de Parnamirim nas ruas: de não aceitação da candidatura imposta pelo sistema governista municipal. Pesquisas internas apontariam Naur com péssimo desempenho popular.

Diante disso, Maurício Marques já estaria vendo outras possibilidades. O nome do secretário de Saúde, Henrique Neves, seria cogitado.

Ontem, entretanto, Ricardo Gurgel cobrou do prefeito compromisso de apoiar o nome do grupo melhor posicionado, hoje o do próprio Ricardo Gurgel. O entrave é que Maurício Marques apoiou Henrique e o ex-presidente da Câmara não aceita que Maurício se junte ao grupo de Robinson Faria. "Quero que Maurício venha para o grupo de Robinson", defendeu Gurgel.

Além de contar com o apoio do governador, de Fátima, Fábio Faria e de querer o apoio do prefeito, Ricardo Gurgel teria a simpatia de vereadores de Parnamirim. O sistema político do prefeito Maurício Marques estaria esgotado frente à sociedade parnamirinese, que pediria por renovação. Maurício é a continuidade de Agnelo Alves, sistema eleito pela primeira vez há 15 anos, em 2000.



Ricardo Gurgel promete manter a "parceria administrativa" com Maurício Marques

“Governador vai trazer Ronda Cidadã para Parnamirim”

O projeto Ronda Cidadã, de melhoria da segurança pública, deve chegar primeiro a Parnamirim. O apelo neste sentido se deve ao presidente da Câmara, Ricardo Gurgel. Em conversas recentes, ele solicitou ao governador Robinson Faria atenção máxima à questão da segurança na segunda maior cidade da Região

Metropolitana. Aliado político de primeira hora de Robinson em Parnamirim, o governador perguntou ao presidente da Câmara o que ele queria priorizar na cidade. Ricardo pediu reforço urgente na segurança, mais saúde, mais escolas e mais emprego. “Não pedi nada para mim. Quero que o governador faça por

Parnamirim. Aqui a falta de segurança está agredindo a população. Pedi ao governador que o projeto piloto do Ronda Cidadã seja implantado em Parnamirim. Confio e sei que ele irá cumprir com esse compromisso em favor do povo da nossa cidade”, disse Ricardo Gurgel. O presidente da Câmara diz

ainda que solicitou ao governador, também na segurança pública, que leve a Parnamirim a instalação de uma delegacia de plantão. “Chega o final de semana o parnamirinese precisa ir para Natal. Não se concebe mais uma cidade que tem 240 mil habitantes, como Parnamirim, não ter uma delegacia de plantão.

Precisa, na verdade, de duas delegacias”, frisou o parlamentar.

Além da melhoria na segurança pública, Ricardo disse que solicitou ao governador incremento no Hospital Deoclécio Marques. O objetivo é reequipar, dotar de mais médicos e melhorar o setor de traumas. “Os corredores do Hospital Deoclécio Mar-

ques vivem lotados”. Na área educacional, Gurgel solicitou a Robinson escolas. Também cobrou programas de emprego. Segundo ele, durante os últimos 15 anos nenhum programa privilegiou a geração de emprego na cidade. “Basta Robinson fazer isso para fazer o que Rosalba Ciarlini e Wilma de Faria nunca fizeram”.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE
> NA CÂMARA MUNICIPAL

DATA: 28.02.15

EDITORIA: POLÍTICA

Marcos promete ser “Xerife no cumprimento das leis”

JOAQUIM PINHEIRO
REPORTER DE POLÍTICA

A Câmara Municipal de Natal promoveu nesta semana a mudança na liderança de algumas de suas comissões temáticas diante da saída de alguns parlamentares e a chegada de outros. Diante disso, o vereador Marcos Antonio, do Psol, que assumiu a presidência da Comissão de Implementação e Acompanhamento de Projetos do Poder Legislativo, afirmou na manhã deste sábado que pretende resgatar inúmeras leis que foram aprovadas e, segundo ele, “estão sendo descumpridas pelos diversos órgãos nas esferas, pública e privada”.

Marcos do PSOL quer justificar o apelido que está recebendo

dentro da Casa e promete ser o “xerife do cumprimento e implementação das leis municipais”, além de buscar instrumentos de proteção que resgate na íntegra a vigência das leis que estão sendo violadas ou contornadas através de liminares na justiça.

O vereador do PSOL citou como exemplo as leis de proibição de cobrança dos estacionamentos em shopping da cidade; a que regulamenta o tráfego de transportes pesados; a que proíbe a dupla função de cobradores e motoristas; a que estabelece o mural de indicadores de desempenho nas escolas públicas e privadas, e a aguardada lei da bilhetagem eletrônica unificada, entre outras.

O vereador Marcos Antonio



Marcos foi escolhido presidente da Comissão de Acompanhamentos de Projetos

esclarece que para fazer com que as leis sejam cumpridas e implementadas existe um plano de trabalho constando da convocação do agente público ou privado que esteja descumprindo a lei.

O presidente da Comissão de Implementação e Acompanhamento de Projetos do Poder Legislativo informa que não havendo avanço a comissão convidará representantes do Ministério Público, Tribunal de Justiça, Procuradoria da própria Câmara Municipal de Natal e segmentos interessados para assinatura de um termo de ajuste de conduta determinando um prazo para que a lei seja implementada.

“No último caso, persistindo o não cumprimento, através da procuradoria da Casa, será instaurado processo para punição do agen-

te público ou privado”, esclareceu o vereador do Psol.

XERIFE DO CUMPRIMENTO DAS LEIS

Marcos Antonio esclarece que a nova comissão foi uma iniciativa exitosa do vereador Ubaldo Fernandes por constatar falta de agilidade na implementação das leis municipais de iniciativa da Câmara Municipal de Natal. “Serei um xerife para cumprimento das leis desta Casa”, disse o vereador.

Marcos do PSOL acrescentou que vai automatizar o processo de tramitação dos projetos no âmbito da Câmara Municipal de Natal, dando assim uma nova dinâmica e celeridade nas etapas da apresentação e aprovação dos respectivos projetos.

Júlia Arruda assume presidência da Comissão de Direitos Humanos

A vereadora Júlia Arruda (PSB) é a nova presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Trabalho e das Minorias da Câmara Municipal de Natal. A parlamentar, que até bem pouco tempo foi cotada para ser a líder do prefeito na Câmara Municipal, substituiu Rafael Motta (PROS), que deixou a Casa Legislativa após se tornar deputado federal.

Segundo Júlia Arruda, o objetivo dela a frente da comissão será

realizar estudos, investigações, apresentar proposições e promover audiências. A Direitos Humanos desempenha ações relativas ao combate à violência e defesa dos direitos humanos, em todos os níveis.

A parlamentar, que já preside a Comissão de Turismo, foi também reconduzida como membro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. “Acredito que assumir a Comissão de Direitos Humanos foi uma transição natural. O combate à

violência e a defesa dos direitos das minorias já são bandeiras de luta do nosso mandato, a exemplo do trabalho que realizamos na Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, fiscalizando a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente”, disse Júlia.

Além da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, a vereadora Júlia Arruda também é presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos

Direitos da Pessoa com Deficiência. “Tanto as comissões permanentes quanto as frentes parlamentares são importantes instrumentos de atuação legislativa e de representação social, cujo objetivo é auxiliar na elaboração, promoção e fiscalização das políticas públicas em diversos setores da sociedade”, encerrou.



Júlia Arruda: “Assumir comissão foi transição natural”

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 27.02.15

EDITORIA: POLÍTICA

Fátima: "Se comprovado que houve cobrança, que Agripino seja punido"

SENADORA COMENTA ENVOLVIMENTO DO PRESIDENTE NACIONAL DO DEM EM ESQUEMA DENUNCIADO NA SINAL FECHADO

Art. 100
Renata e Póster

A senadora Fátima Bezerra (PT), apesar de adversária política, é cautelosa ao tratar o pedido de abertura de inquérito contra o senador José Agripino Maia (DEM) no Supremo Tribunal Federal. O pedido de procurador-geral da República, Rodrigo Jureb, está sendo apreciado pelo ministro Carmen Lúcia.

"É preciso deixar claro que estamos falando de uma denúncia e não de uma condenação. Se comprovado que houve cobrança e cobrança de valores a um empresário que presta serviços ao Estado - fazendo uso da prerrogativa do cargo como senador, e na condição de presidente do partido que governava no governo do Estado de RN - que seja punido. Se comprovado sua inocência, que seja absolvido", disse a parlamentar em entrevista exclusiva ao Jornal de Hoje.

Agripino é acusado de cobrar e receber propina da empresa George Olímpio, só e detida do esquema de corrupção que tentou implantar a empresa veicular no Rio Grande do Norte, juntamente com a cobrança de taxa por aquisição de veículos insinuados no Estado. Segundo a denúncia do Ministério Público Estadual, o esquema começou a funcionar no governo Wilson de Faria, perdurou durante o governo José Ferraz de Souza e só foi denunciado no governo Rosalba Ciarlini (DEM). Agripino teria sido acusado pelo empresário na condição de ajudante de Rosalba e Carlos Augusto Rosado para tentar

dar sequência ao esquema na gestão democrática.

A suposta conversa entre Agripino e George Olímpio teria ocorrido na cobrança que o senador pagaria salários no bairro de Meio Brasil, antes das eleições de 2010. Na oportunidade, Agripino teria cobrado o recebimento de R\$ 5 milhões em propina para ajudar o esquema. No entanto, Olímpio acabou abandonando o valor. O senador então teria dito que o governador José, então candidato à reeleição, teria

feito uma confissão no processo, que em detache prontado denunciou o senador. Não estava aqui para fazer jogo de valores, mas é claro que uma informação desse porte precisa ser investigada com o rigor de lei". De acordo com a petista, a figura do procurador-geral da República não só deve como tem obrigação de apurar qualquer indício de desvio de conduta por parte de agentes públicos. "Devo a quem dout, como tem ocorrido nos últimos 12 anos com o desaparecimento do que se conhecemos como integridade geral da república", ressaltou.

Evitando "percebermos uma armadilha séria que o senador certamente tentará para atacar o governo, o PT e adversários", Fátima defendeu que este caso "seja tratado com a devida transparência e que o Agripino seja condenado o direito à ampla defesa, o mesmo que o senador normalmente nega aos que chega como denunciado", disse. "Que a Polícia Federal e a Procuradoria Geral da República investiguem, apurem e a Justiça julgue", considerou.

Instada a Senado deveria abrir investigação contra o senador Fátima disse que, assim como as denúncias, a Casa deve fazer com Agripino o que fez com o ex-senador Demóstenes Torres (DEM). Acusado de favorecimento e bichinho Carlos Cachoeira, Demóstenes foi cassado e ficou inelegível por oito anos. "As investigações estão sendo conduzidas pelas instâncias adequadas. Somente com os elementos oriundos da investigação e apuração, o Senado deverá agir. Se forem comprovados os delitos, evidentemente que o



Fátima Bezerra é do PT, partido minoritário no Congresso, criticado pelo senador José Agripino por conta das denúncias de corrupção.

Senado será provocado a tomar as providências cabíveis. Foi assim que a Casa agiu quando dos acontecimentos que envolveram o caso 'palatinos da moral', igualmente líder do DEM no Senado, o ex-senador Demóstenes Torres", disse Fátima.

LUCENA

Fátima é a segunda liderança estadual petista a se manifestar sobre o envolvimento de Agripino na Operação Sinal Fechado. Nesta quinta, o vereador Fernando Lucas (PT) também analisou a situa-

ção delicada do senador. Segundo o petista, a posição de Agripino perante a operação asseverou-se a do ex-senador Demóstenes Torres, do DEM de Goiás, que foi cassado em 2012 por questão de decoro parlamentar por favorecer o bichinho Carlos Cachoeira, ficando inelegível por oito anos. "Acho que o caminho de Agripino está parecido com o de Demóstenes, também tendo à época como uma resenescência da direita, mas que com o caso do arca. Infelizmente é o que está acontecendo", disse o vereador, an-

alisar com a reportagem de O Jornal de Hoje nesta manhã.

Para ele, acima, é lamentável que o senador Agripino esteja envolvido em um esquema como esse. "Vocês não apenas os delitos de corrupção como de bichinho. Agripino em a concessão moral da direita e agora se desvenda como cidadão de arca", frisou o vereador, ao fazer referência à postura de Agripino de sempre atacar o governo federal durante as gestões do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do atual presidente Dilma Rousseff.

"Se comprovado que houve cobrança e cobrança de valores, na condição de presidente do partido que governava no governo do Estado, que seja punido."

recebido esta quantia. Mas Olímpio insistiu que só pagaria os R\$ 1 milhão, sendo duas parcelas iniciais de R\$ 500 mil, mas sendo cobrado com R\$ 300 mil. No suposto caso, Agripino teria, então, dito, que os R\$ 300 mil restantes ficariam para a campanha. Este diálogo estava em poder do procurador-geral da República.

RIGOR

Para Fátima Bezerra, a investigação precisa ser rigorosa. "Existem

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 27.02.15

EDITORIA: POLÍTICA

> OPÇÃO

Chagas Catarino assume liderança “interina” do prefeito na Câmara

O vereador Chagas Catarino, do PROS, assumiu interinamente a liderança do prefeito Carlos Eduardo na Câmara Municipal de Natal em meio a uma sessão com discursos baseados em críticas à saúde pública oferecida à população natalense. Tudo começou com um projeto de autoria do próprio líder determinando a instalação de aparelhos de raio X nas unidades de saúde do município. O vereador Paulinho Freire foi o primeiro a criticar, não o projeto de Chagas Catarino, mas o fato dos postos de saúde não disporem do equipamento para atender a demanda do povo de Natal. “Voto favorável, mas a obrigação é do município oferecer condições para realização dos exames”, disse Paulinho Freire.

Outros vereadores mostraram-se favoráveis e votaram pela aprovação do projeto de Chagas Catarino, mas criticaram a administração municipal pela falta de estrutura e equipa-

mentos nas unidades de saúde, como o caso de Klaus Araújo, do PP e Sandro Pimentel, do PsoL. “Reconheço que a limpeza, iluminação pública e paisagismo melhoraram, mas não existem equipamentos básicos para na saúde e o prefeito não cumpriu o compromisso assumido com o Plano Diretor, Plano de Mobilidade, entre vários outros, não foram cumpridos”, disse Sandro Pimentel.

O vereador Chagas Catarino justificou a apresentação do projeto do raio X e agradeceu a sua aprovação, enquanto o Cabo Jeoás, do PC do B e da base aliada, lembrou que o problema da saúde pública é verificado em todo o País e Aroldo Alves, do PSDB, afirmou que Chagas Catarino está de parabéns por se preocupar com a saúde do povo natalense. Adão Eridan, do PR, disse

reconhecer que a saúde no município não está bem, afirmando que o projeto do vereador do PROS ajuda melhorar a situação de dificuldades com a instalação do equipamento de raio X. Júlia Arruda, do PSB, alertou sobre a necessidade de se analisar o item competência, já que, segundo ela, não está previsto a instalação de raio X em unidades básicas de saúde. (JP)

MARIA DE LOURDES LISBOA NOBRE
✧ 27.04.1927 ✧ 29.02.2008
Missa de 7 anos de falecimento
Famíliares de Lourdinha convidam parentes e amigos participarem da missa de 7º ano de falecimento, que será celebrada em sufrágio de sua alma, dia 28 de fevereiro de 2015 (sábado) às 16:30h, na Catedral de Nossa Senhora de Apresentação (Catedral Nova).
Agradecendo a todos que comparecerem a esse ato de fé cristã.



VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 27.02.15

EDITORIA: POLÍTICA

Procurador sobre Sinal Fechado: “Vai ter mais denúncia e um novo denunciado”

NOVA AÇÃO É FEITA PARA 31º ENVOLVIDO EM ESQUEMA QUE JÁ TEM EX-GOVERNADORA E ATUAL PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Do Rio
Ribeiro de Paula

Quase quatro anos de apuração e a Operação Sinal Fechado continua incrementando sua lista de réus. Compõem atualmente por 30 nomes, entre eles, a ex-governadora Wilma de Faria (PSB), o filho dela, Lauro Maia, e o presidente da Assembleia Legislativa do RN, Ezequiel Ferreira (PMDB), o nome de um novo denunciado deverá ser divulgado nos próximos dias. Pelo menos, é a informação que circula dentro do Ministério Público do RN e foi até confirmada pelo procurador-geral de Justiça, Rinaldo Reis.

Os elementos para essa nova denúncia teria sido consequência da retomada das investigações após a delação premiada de George Olímpio. Considerado o chefe do esquema investigado para implantar a inspeção veicular no RN, ele assinou a delação em agosto de 2014 e, desde lá, levou novos elementos de prova e dados que terminaram por transformar em “denunciados” quem antes era, apenas, “investigado”.

Exemplos disso são Delevan

Gutemberg Melo, ex-secretário do governo Wilma de Faria, e Ezequiel Ferreira, presidente da Assembleia Legislativa. “Com relação aos que já estavam, aos que a denúncia já havia sido recebida, já havia elemento de prova suficiente até para a condenação, ao mesmo tempo, uma delação dele foi importante até para reforçar, porque trouxe novos elementos. Por exemplo, trouxe a conversa com Delevan, que foi incluída também, que fortalece a denúncia contra Wilma e Lauro (Maia, filho da ex-governadora)”, explicou Rinaldo Reis.

Em contato com O Jornal de Hoje, o procurador-geral de Justiça também confirmou que novos nomes deverão ser incluídos na lista de denunciados, mas não por parte da Procuradoria, e sim da promotoria do Patrimônio Público. Ou seja: o novo denunciado não tem foro privilegiado. “Na Procuradoria-geral de Justiça, não temos mais nada para oferecer. Mas no âmbito da promotoria do patrimônio público ainda vai haver novos desdobramentos”, antecipou Rinaldo Reis.

Além de Ezequiel Ferreira e de



Rinaldo Reis: “No PGJ, não temos mais nada. Mas no âmbito do Patrimônio Público ainda vai haver novos desdobramentos”

João Faustino, os dados entregues por George Olímpio e liberados pelo Ministério Público envolvem, também, o marido da ex-governadora Rosalba Clarini, Carlos Augusto Rosado. Ele teria recebido R\$ 1 milhão para a campanha da mulher em 2010 e, segundo o diálogo entre João Faustino e George, demonstrava ciência do “compromisso” que tinha com a Inpar, mesmo tendo sido um dos obstáculos para o chefe do esquema conseguir instalar a inspeção veicular no RN.

“Vai ter mais denúncia. Um novo denunciado. Por isso, vai ter um novo denunciado”, acrescentou o procurador-geral de Justiça sem, no entanto, revelar o nome do novo envolvido no esquema.

AGRIPINO

É importante lembrar que a lista de 30 réus, hoje, não inclui João Faustino, nem o ex-governador Ibeu Ferreira, que faleceram em 2014. Não inclui, também, o senador José Agripino Maia, que foi alvo de um pedido de reabertura da investigação na Procuradoria-geral da República.

George tomou “precauções de segurança” após a delação

Em contato com O Jornal de Hoje, o procurador-geral de Justiça, Rinaldo Reis, e o promotor Afonso de Lázaro, que trabalhou na promotoria do Patrimônio Público, também comentaram a situação hoje do réu George Olímpio. Segundo eles, há um contato constante dele com o Ministério Público, consequência da “colaboração premiada” assinada entre as duas partes.

“A gente mantém contato permanente com o colaborador, como tem que ser. A colaboração é durante todo o processo, inclusive, nas fases recursais”, revelou Afonso de Lázaro, acrescentando que o réu tem ciência de toda a repercussão que a Sinal Fechado passou a ter desde a divulgação da sua delação premiada e que, com isso, George Olímpio já tomou medidas de segurança.

“Ele tomou precauções de segurança”, confirma o promotor de Justiça, ressaltando que, por isso, não pode dizer onde ele se encontra. Nem mesmo se ainda está no Rio Grande do Norte. “Nós mantemos um contato através de um número de segurança”, explicou Afonso de Lázaro.

“George Olímpio sabia da di-



George Olímpio tem mantido contato constante com os promotores do MPRN

vilgação. Sabia que em algum momento seria divulgado. Sabia que o juiz já havia levantado o sigilo do processo, inclusive, ele

autorizou. Acompanha tudo que vai porque é daqueles sujeitos antenados com a tecnologia”, acrescentou o promotor.

MARCCO defende MP: “O único objetivo é tirar foco de acusados”

Apesar de afirmar que tem elementos suficientes para a condenação por corrupção dos 30 acusados, o Ministério Público do RN vem sofrendo algumas críticas por parte de alguns denunciados, como o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Ezequiel Ferreira, do PMDB. Por isso, nesta quinta-feira, o Movimento Articulador de Combate à Corrupção (MARCCO/RN), se pronunciou sobre o caso, cobrou celeridade no julgamento dos envolvidos e condenou as ofensas à instituição MPRN.

É importante ressaltar que, apesar de composto também por representantes de Justiça, o MARCCO é um órgão independente, composto por organizações privadas e públicas que, simplesmente, são contrários a corrupção. Tanto, inclusive, que quando pediu o impeachment da governadora Rosalba Clarini (DEM), nem o próprio do procurador-geral de Justiça, Rinaldo Reis, teve.

O MARCCO vem a público manifestar seu APOIO à atuação investigativa independente do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE no tocante à apuração de infrações penais atribuídas ao atual PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLA-



José Carlos Cavalcanti assina nota do MARCCO em defesa do Ministério Público

ção da conduta dos acusados. Respeitado o devido processo legal”, acrescentou Cavalcanti.

“O MARCCO registra seu REPÚDIO a manifestações ofensivas à honra de instituições e de seus Membros, sem qualquer contribuição à sociedade, além de desbordar do saudável debate democrático sobre a lisura da conduta dos agentes políticos. Não se combate efetivamente a corrupção com tentativas antidemocráticas de intimidação e de deslegitimação dos órgãos de controle, cujo único propósito é retirar o foco sobre a imprescindível apu-

ração da conduta dos acusados. Respeitado o devido processo legal”, acrescentou Cavalcanti.

“O MARCCO/RN, imbuído de sua função de Combate à Corrupção, paga publicamente pela celeridade na apreciação das ações penais relativas à OPERAÇÃO SINAL FECHADO, notadamente a recém-ainiciada no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, fórum onde todos os envolvidos poderão expor seus argumentos de maneira civilizada e fundamentada”, finalizou o coordenador, por meio de nota.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE
COMENTÁRIOS

DATA: 28.02.15

EDITORIA: NOTAS E

Confiança a longo prazo

Apesar da conjuntura nacional de dificuldades econômicas e incertezas políticas, o presidente do Instituto de Desenvolvimento do Varejo e da Riachuelo, empresário Flávio Rocha, mantém a confiança no país, no que diz respeito ao longo prazo. “Só pode ser pessimista quem tiver os olhos no curto prazo. Nossa empresa, por exemplo, está no maior programa de expansão de toda a sua história. Nós vamos investir nesses cinco anos mais do que investimos em 68 anos”, afirmou durante um seminário em Fortaleza. Para o empresário potiguar, de acordo com declarações publicadas pelo jornal Diário do Nordeste, “o varejo está deixando de ser coadjuvante para ser protagonista da cadeia de suprimentos no Brasil, que sempre foi impulsionada, principalmente, pelo setor produtivo.”

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 28.02.15

EDITORIA: CIDADES

Preços dos alimentos sobem e diminuem poder de compra da população

EM NATAL, PREÇOS NAS PRATELEIRAS AUMENTARAM ENTRE 6% E 15%

Os produtos que estão saindo mais caros do campo, devido à seca, e transportados até a cidade por um preço ainda maior, por causa da alta dos preços nos combustíveis, não poderiam gerar um resultado diferente: o consumidor pagando mais caro. Nos supermercados, as prateleiras registram o aumento significativo no valor dos produtos e as pessoas se assustam diante da 'impotência' do poder de compra.

Dono de supermercado em Natal, Geraldo Paiva conta que o aumento dos preços dos produtos do campo e industrializados vem sendo observado desde o começo do ano. Dependendo do produto, a variação chegou a ser de 6% a 15%. Para Geraldo, a alta dos preços deve impulsionar a inflação, perspectiva nada animadora para o segmento alimentício, que vem com baixa no crescimento das vendas desde o ano passado.

"Crescíamos cerca de 6% a 8% ao ano. Em 2014 nós ficamos abaixo de 2%. Pelo o que estamos vendo dos meses de janeiro e fevereiro deste ano, a população tem diminuído ainda mais o ticket de compra, o que nos leva a crer que neste ano teremos perspectiva zero de crescimento", comentou o empresário.

Os preços da carne e do frango foram os que sofreram os maiores aumentos. Derivados de trigo, perfumaria, higiene pessoal e limpeza também estão com valores em alta. Para não perder o cliente,



Carnes e frangos estão entre as maiores altas de preço. Lígia Lima disse que vai cortar outros gastos para não prejudicar a feira do mês

Geraldo conta que a recomendação da Assum (Associação dos Supermercados do Rio Grande do Norte) é de que os estabelecimen-

viamente aumentará para o consumidor. Isso é inevitável. O que podemos fazer por nossos clientes - e fazemos sempre que possível - é

concorrência entre os distribuidores. É isso que podemos fazer para evitar que o consumidor deixe de comprar aquele produto que é essencial para ele", afirmou Geraldo Paiva.

Além do aumento dos preços dos alimentos, o consumidor ainda tem que adequar o orçamento mensal para as novas tarifas que serão pagas com o consumo de energia e de água. Lígia de Oliveira, 28, que trabalha como diarista, disse que precisará diminuir os gastos com um serviço, para poder compensar com outros.

"A feira do mês é uma coisa que não tenho como mudar. Os alimentos básicos, como carne, frutas, verduras e higiene pessoal, por exemplo, não posso deixar de comprar. Mas terei que cortar algumas coisas. Para se ter ideia, no ano passado eu paga cerca de R\$ 450



"Pelo o que estamos vendo dos meses de janeiro e fevereiro deste ano, a população tem diminuído ainda mais o ticket de compra, o que nos leva a crer que neste ano teremos perspectiva zero de crescimento"

GERALDO PAIVA
EMPRESÁRIO

tos pressionem a indústria e negociem melhores preços com os distribuidores.

"Se os preços aumentam para nós, que somos revendedores, ob-

rigar pela concorrência. No momento em que eu começo a vender um produto de uma marca similar, porém mais barata ao que costumava vender, estou provocando a con-



reais na feira do mês. Neste ano a conta subiu mais de R\$ 100. Com o salário que eu ganho, esse acréscimo faz muita diferença", comentou Lígia.

Enquanto conversava com a reportagem do JORNAL DE HOJE, o filho de Lígia, de sete anos, pedía para ela acrescentar chocolate na feira. "É nesse momento que eu finjo não estar escutando ele", brincou. "Gostaria de comprar tudo o que ele gosta, mas tenho um limi-

te que não posso ultrapassar". O funcionário público Edilson Batista, 42, também informou que precisará diminuir os gastos. "Tudo aumentou. Todas as seções dos supermercados estão mais caras. No ano passado eu gastava uma média de R\$ 500 em uma feira. Hoje a conta chega a quase R\$ 800. Essa diferença precisa sair de algum canto. Ainda não sei qual será, mas precisarei analisar bem as contas", disse.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

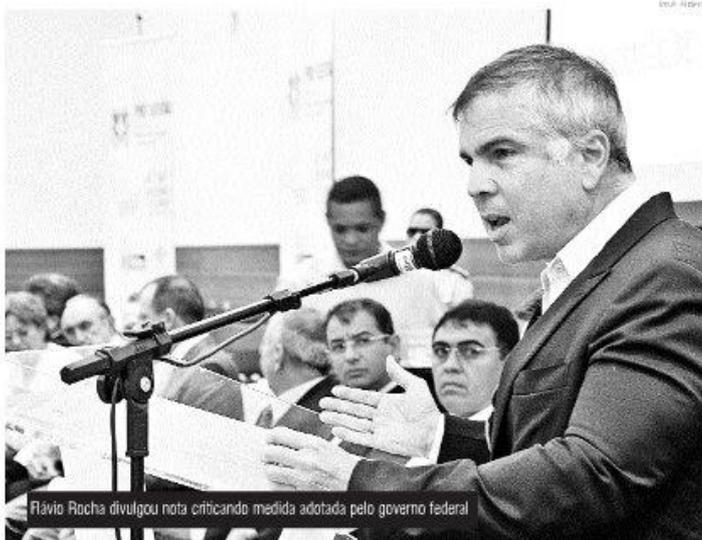
DATA: 28.02.15

EDITORIA: ECONOMIA

> **“AJUSTE FISCAL”**

Empresários alertam para alta da inflação e redução de empregos

ECONOMIA 7



Flávio Rocha divulgou nota criticando medida adotada pelo governo federal

Empresários preocupados com novos tributos nas folhas de pagamento

MEDIDA REDUZ DESONERAÇÃO E AUMENTA IMPOSTOS

CAROLINA SOUZA
ACW.SOUZA@GMAIL.COM

O Governo Federal anunciou mais uma medida de ajuste fiscal na economia brasileira. Dessa vez, o alvo é o setor produtivo: será reduzida a desoneração da folha de pagamento das empresas, adotada a partir de 2011 para minimizar os gastos com a mão de obra e estimular a economia. Quem pagava alíquota de 1% de contribuição previdenciária sobre a receita bruta passará agora a pagar 2,5%. Quem tinha alíquota de 2% vai para 4,5%. A Medida Provisória 669 foi publicada nesta sexta-feira (27) no Diário Oficial da União e entra em vigor a partir do mês de junho.

Ao todo são 56 segmentos desonerados pelo Governo Federal na folha de pagamento, pertencentes a cinco setores produtivos: indústria, serviços, transportes, construção e comércio. No Rio Grande do Norte, a novidade pegou diversos empresários de surpresa. Flávio Rocha, vice-presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) manifestou sua indignação em nota enviada à imprensa, ao afirmar que a medida terá como consequência "mais custos para toda a cadeia produtiva".

"Esse custo culminará no repasse para todos os consumidores, aumentando a inflação e, seguramente, contribuindo para a redução de empregos, agravando ainda mais essa situação", alertou.

Ainda segundo Flávio Rocha, a "altíssima carga tributária" penaliza todo o varejo, que é o maior empregador privado do Brasil. Na nota, o empresário destaca que o setor irá se mobilizar contra essa medida, "que contribui para um processo de recessão no país, cria hostilidade ao ambiente de negócios e agrava o nível de desconfiança de toda a sociedade".

O presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL - Natal), Augusto Vaz, também demonstrou preocupação com o futuro econômico do país, justificando que o aumento dos impostos levará à alta inflacionária - situação que indica o início de um grande processo de recessão.

"Essa medida afeta mais o setor industrial, porém qualquer alteração que se faz na indústria acaba afetando o comércio. Em resumo, isso significará mais impostos para nós. Tínhamos desconto ao pagar encargos e ele deixou de existir", comentou. Augusto Vaz também alertou que as consequências contemplarão o consumidor final.

"Todos os impostos implicam em aumento de custo de produção e do preço final. Se a indústria aumenta o preço, o comércio também aumenta e o consumidor paga mais caro pelo produto. Ou seja, teremos alta na inflação", declarou Vaz.

De acordo com dados da Receita Federal, anunciado pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, a re-

núncia fiscal foi de R\$ 3,9 bilhões em 2012 a R\$ 21,5 bilhões em 2014. Para este ano, a desoneração geraria renúncia ao governo de cerca de R\$ 25 bilhões, chamando a atenção para o alto peso fiscal do benefício.

JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS

A Medida Provisória 669 também irá atingir a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos que serão realizados no Brasil, em 2016. As regras suspendem a incidência de tributos federais referentes às importações de bens, mercadorias ou serviços para uso

ou consumo exclusivo em atividades vinculadas ao evento a partir da data de publicação da MP, 27 de fevereiro. A suspensão será convertida em isenção depois da comprovação do consumo de mercadorias ou serviços adquiridos, alugados ou arrendados.

Para as bebidas frias, o texto da MP diz que a Receita Federal poderá exigir de estabelecimentos envasadores ou industriais fabricantes de bebidas a instalação de equipamentos contadores de produção. A Receita Federal poderá expedir normas complementares para a aplicação da medida. O texto entra em vigor no dia 1º de maio.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 27.02.15

EDITORIA: ECONOMIA



Federação das Indústrias atenta para o risco de 'grande recessão' no RN

De acordo com sondagem realizada pela Fiem, o Estado registrou queda generalizada na produção e no nível de emprego nos últimos três meses. "Estamos perdendo a competitividade e lidando com problemas de atração. Por mais que o governo tenha se esforçado no discurso de dizer que tem incentivado a Indústria, as ações ainda são tímidas", afirmou Amaro Sales.

ECONOMIA 7

Federação das Indústrias do RN atenta para risco de “grande recessão”

MERCADO SEGUE EM CRISE E PREJUDICA NEGÓCIOS NO ESTADO

CAROLINA SOUZA
CAROLINA@OJORN.COM

A atividade industrial no Rio Grande do Norte vem enfrentando os dois primeiros meses de 2015 com o mesmo mau momento em que finalizou o passado: em desaquecimento. De acordo com uma sondagem realizada pela Federação das Indústrias do Estado do RN (FIERN), nestes últimos três meses vem sendo registrada queda generalizada na produção e no nível de emprego - reflexo que está acontecendo em todo o país.

‘Somos reflexo do Brasil. Não se pode dissociar o RN do momento em que estamos vivendo no país, onde há grande expectativa sobre o que ainda vai acontecer. Corremos o risco de uma grande recessão’, comentou o presidente da FIERN, o empresário Amaro Sales, que se reuniu nesta sexta-feira (27) com membros da Federação. Segundo ele, quando acontece queda na atividade, principalmente na indústria, é preciso olhar para trás e se perguntar



Sondagem feita pela Fiem mostra que produção das indústrias continua em queda

o que está acontecendo.

"Estamos perdendo a competitividade e lidando com problemas de atração. Por mais que o Governo tenha se esforçado no discurso de dizer que tem incentivado a Indústria, as ações ainda são muito tímidas", afirmou Amaro Sales, destacando a preocupação da Federação caso o desaquecimento da atividade industrial continue nos próximos meses.

Diante dessa preocupação, a FIERN vem tentando projetar ações junto ao Governo do Estado para estancar o momento de queda na atividade e incentivar a reviravolta. Para isso, o Rio Grande do Norte precisa explorar três programas: o Proadi (programa de atração fiscal), Progás (apoio ao desenvolvimento industrial pelo incentivo ao Gás Natural) e o Mais RN (planejamento estratégico para o Rio Grande do Norte).

"Ninguém se estabelece em um Estado sem infraestrutura, incentivo fiscal, sem mão de obra qualificada. Precisamos buscar uma forma de minimizar as perdas e nos transformar para um futuro de melhorias. O Proadi e o Progás, por exemplo, são dois programas de força que temos, mas que precisam ser revistos, melhor analisados, de modo a se ajustarem a nova economia que está para surgir", disse Sales.

Quanto ao Mais RN, lançado em julho do ano passado pela FIERN, o presidente da Federação conta que é um projeto que já poderia estar sendo trabalhado, se não tivesse "adormecido" no Gabinete

Civil durante os últimos meses de gestão da governadora Rosalba Ciarlini.

"Esse foi um programa criado junto com a equipe econômica do governo, pensado com muito cuidado, com muito carinho, mas nada evoluiu. Porém, há 60 dias no cargo, o novo governador participou conosco em conversas animadoras, mostrando sua preocupação de mudar a história do RN", lembrou Amaro Sales.

Na terça-feira da próxima semana, 3 de março, técnicos da FIERN e secretários de pastas estratégicas do Governo do Estado irão se reunir para dar início às primeiras discussões com vistas à aplicabilidade do Mais RN. "Falaremos sobre as políticas de tributação, planejamento, infraestrutura e ações que estão dentro do Mais RN, nosso principal projeto de desenvolvimento para o Estado. Vamos discutir os gargalos e a celeridade das ações, seguindo a determinação da nova administração do Governo. Juntos, iremos caminhar em busca de soluções. Nesse momento de dificuldade, nada melhor do que a união de forças", comentou o presidente.

SONDAGEM DAS INDÚSTRIAS

Além da desaceleração da atividade industrial, a Sondagem das Indústrias Extrativas e de Transformação do Rio Grande do Norte, pesquisa elaborada pela FIERN, mostra que a capacidade de produção instalada no RN está em 66%, considerado pelos empresários como abaixo do usual para o período. Os estoques de produtos finais ficaram estáveis, embora as médias e grandes indústrias tenham registrado algum acúmulo.

Como decorrência do comportamento negativo da atividade industrial e das incertezas do cenário econômico, marcado por desaceleração generalizada no consumo e no emprego, aumento nos juros e no custo da energia elétrica, além de restrições hídricas no Sudeste e Nordeste, as expectativas dos empresários quanto aos próximos seis meses não são animadoras.

De uma maneira geral, os empresários do setor preveem leve aumento da demanda e estabilidade da quantidade exportada, enquanto esperam retração do número de empregados e das compras de matérias primas.

MARPAS S.A.
CNPJ 08.387.368/0001-50
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Constituído em sociedade anônima, desta sociedade, a ser realizada em Assembleia Geral Ordinária que se realizará, às 15 horas do dia 31 de Março de 2015, na sede social, na Avenida Tancredo de Faria, nº 158, Rãpolis, cidade Capital, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes do orden de dia: a) Aprovação do Balanço Patrimonial junto com os Demonstros Financeiros e Relatório de Diretoria referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2014; b) Eleição da Diretoria. Março/04, 27.02.2015. **Gilson Torres dos Santos Lima - Diretor Presidente.**

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 28.02.15

EDITORIA: POLÍTICA

FIERN DEFENDE UMA NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL

/ DESENVOLVIMENTO / PRESIDENTE DA ENTIDADE, AMARO SALES, DISSE QUE ÚLTIMO GOVERNADOR A PENSAR O ESTADO COM PLANEJAMENTO FOI CORTEZ PEREIRA; TRIBUTAÇÃO E INFRAESTRUTURA ESTÃO NA PAUTA

SÍLVIO ANDRADE
DO NOVO JORNAL

O PRESIDENTE DA Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Fiern), Amaro Sales, defendeu ontem a criação de uma política industrial para um pacto para o desenvolvimento do Estado.

Antes de começar a reunião mensal dos empresários da Fiern, Amaro Sales disse que o último governador que pensou uma administração com planejamento para o Estado foi Cortez Pereira, que governou o RN de 1971 a 1975.

O governador Robinson Faria foi convidado ontem do almoço dos empresários da Fiern e ele, frisou Amaro Sales, que vai capitanear o pacto pelo desenvolvimento do Estado.

Na próxima terça-feira, os técnicos da Fiern e os secretários da área econômica do Governo do Estado se reúnem pela primeira vez este ano para discutir estratégias para melhorar o desempenho da indústria potiguar. Também vão participar representantes do

Sesi, Senai e Iel.

"Vamos falar sobre tributação, planejamento e ações de infraestrutura que estão no projeto Mais RN", destacou Amaro Sales. O Mais RN, lançado em julho de 2014, é uma iniciativa da Federação das Indústrias para o planejamento estratégico visando o desenvolvimento do RN em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado (Sedec).

De acordo com o presidente Amaro Sales, além das estratégias, serão discutidos os gargalos que impedem o desenvolvimento do Estado como a falta de competitividade das indústrias provocada por restrições do Programa de Desenvolvimento Industrial do RN (Proadi) que a Fiern propõe mudar para atrair mais empresas como isenção fiscal.

Neste momento de dificuldade nada melhor do que a união de forças para o Governo do Estado compreender o papel do Mais RN", frisou Amaro Sales.

É preciso dar garantias e in-



O presidente da Fiern, Amaro Sales, com o pé machucado, conversou ontem sobre política industrial com empresários

centivos para as empresas que querem se estabelecer no Estado e às que já estão estabelecidas disse Amaro Sales. Segundo ele, o

modelo atual do Proadi não atende às necessidades atuais das empresas, complementou ele.

Como programa de incentivo fiscal, o Proadi tem falhado e o RN tem perdido oportunidades porque a política industrial de estados vizinhos como a Paraíba, por exemplo, é mais eficaz e célere.

A Guarapetes tem 10 mil empregos diretos e se não tiver incentivo aqui, atravessa a dívida e vai se instalar na Paraíba, ressaltou Amaro Sales. De acordo com ele, o estado vizinho tem ações mais rápidas e ações mais desenvolvimentistas que o RN.

Um dos problemas apontados por ele para a instalação de novas indústrias no Estado é a dificuldade de obtenção de licenciamento

ambiental que lenta. Os empresários não querem que a lei seja infringida, disse Amaro Sales, mas é preciso que as pessoas que fazem os órgãos ambientais entendam que é preciso celeridade para gerar um resultado final satisfatório para a indústria.

ARRECADAÇÃO

As dificuldades do setor industrial são de conhecimento do governador que tem tomado medidas importantes para a economia de desenvolvimento do Estado, explicou Amaro Sales que citou a arrecadação tributária do RN como uma das maiores do Brasil e a quarta da região Nordeste.



“
NESTE MOMENTO DE DIFICULDADE, NADA MELHOR DO QUE A UNIÃO DE FORÇAS PARA O GOVERNO DO ESTADO COMPREENDER O PAPEL DO MAIS RN”

Amaro Sales
Presidente da Fiern

SONDAGEM INDUSTRIAL

A sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontou terceiro mês de queda da atividade em janeiro, no Brasil. Isso aponta um quadro de desaquecimento que é preocupante para o setor no Rio Grande do Norte. O presidente da Fiern, Amaro Sales, teme uma recessão profunda no país.

Segundo Amaro Sales, a sondagem industrial é um reflexo do Brasil atual que vive uma crise econômica. "Hoje, não se pode dissociar o Rio Grande do Norte a esse momento que vivemos de grande expectativa do que vai acontecer, com risco, inclusive, de uma grande recessão", advertiu ele.

O país está perdendo em competitividade no cenário internacional. Para Sales, as ações de incentivo do Governo Federal para a indústria ainda são tímidas, apesar de que o discurso é de que hou-

ve investimento no setor.

Não existe milagre a curto prazo para a retomada do crescimento industrial e, em nível local, o combate à queda na produção é o incentivo com isenção. Amaro Sales deu como exemplo disso, o fato de o governador Robinson Faria, terça-feira, ter assinado o decreto que baixa de 17% para 17%, a alíquota de ICMS sobre o querosene para aviação (QAV).

A redução de 5% do QAV, analisou Amaro Sales, é significativa para a indústria do turismo no Es-

tado porque vai possibilitar uma oferta maior de voos para o Rio Grande do Norte aumentando o número de passageiros.

Na hora que o Governo do Estado abriu mão da receita de 5% na arrecadação do ICMS em cima do QAV deu uma demonstração que está visualizando o futuro, disse Sales. Hoje, comparou, o Estado recebe 2 milhões de passageiros por ano e com a redução do imposto sobre o querosene de aviação, o número de passageiros pode chegar a 6 milhões/ano. "E isso é desenvolvimen-

to para o futuro", ressaltou Sales.

No momento em que o Governo dá concessões e acompanha de perto da arrecadação, ele dá demonstrações que está tratando a questão do desenvolvimento com responsabilidade, definiu o presidente da Fiern.

A medida é importante, destacou, porque a cadeia produtiva da indústria do turismo é composta por 25 atividades como alimentação, hotelaria, construção civil, pesca, agronegócio, água mineral, laticínios, granito, têxtil.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 28.02.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ CAGED /

Saldo na geração de empregos diminui

O NÚMERO DE trabalhadores admitidos em janeiro foi menor do que o total de demissões, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), divulgados hoje (27). Ao todo, foram registradas, no primeiro mês do ano, 1.600.94 admissões contra 1.681.868 desligamentos no país.

O saldo negativo - de 81.774 postos de trabalho - foi o menor resultado desde 2009, quan-

do o país iniciou o ano com déficit de 101,7 mil postos formais de trabalho.

Para o ministro do Trabalho, Manoel Dias, o dado negativo deve-se a fatores sazonais. "Os setores que tradicionalmente fazem demissões nesse período, por questões como o fim do período de férias, foram os que mais perderam vagas", disse o ministro em nota divulgada pelo MTE.

De acordo com dados do Ca-

ged, o comércio varejista teve redução de 97.887 postos de trabalho (queda de 1,25%) na comparação com o levantamento de janeiro do ano passado. Já o comércio atacadista ficou estável, com saldo de 87 postos de trabalho.

Na área de serviços, houve perdas no setor de alimentação (bares, hotéis e restaurantes) e no de hospedagem. No geral, o setor de serviços teve queda na criação de empregos formais de 7.141 postos, redução de 0,04% no número de

admissões.

O setor da indústria de transformação, que apresentava resultados negativos há oito meses, em janeiro voltou a contratar, encerrando o período com mais 27.417 postos de trabalho. Entre os destaques estão o setor calçadista, com 7.554 novos empregos; de mecânica, com 3.968; têxtil, com 3.451; e de borracha, com 3.292 empregos.

Os dados do Caged mostram que a agricultura teve resultado

positivo com saldo de 9.428 postos de trabalho. "O desempenho também foi melhor que o registrado em 2014 e 2013", informou nota do Ministério do Trabalho.

As regiões Sudeste (-69.911 postos), Nordeste (-32.011 postos) e Norte (- 10.748 postos) tiveram mais demissões do que admissões em janeiro. Já as regiões Sul (+29.688 postos) e Centro-Oeste (+1.208 postos) contrataram mais trabalhadores com carteira assinada do que demitiram.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 28.02.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ PREVIDÊNCIA /

GOVERNADOR SINALIZA QUE RENOVARÁ CERTIFICADO

RAFAEL BARBOSA
DO NOVO JORNAL

O GOVERNADOR ROBINSON

Faria disse ontem que está tomando as providências para conseguir renovar o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) do Estado do Rio Grande do Norte. Apesar disso, Faria não deu detalhes de como pretende executar seu plano.

Ele foi questionado ontem no lançamento do jornal "A República" pela reportagem do NOVO JORNAL e disse que esteve em Brasília para negociar a regularização do CRP. "Estive com o ministro para acertar os detalhes que precisam ser ajustados para mudar essa situação", declarou o governador. Entretanto não disse que detalhes são esses, nem como o Executivo deve proceder.

Atualmente, o consta uma série de pendências impedem o Governo do Estado de regularizar a situação do CRP, uma delas é a não comprovação do repasse do recolhimento das contribuições previdenciárias dos últimos três meses de 2014, um débito de R\$ 93,5 milhões. A assessoria de imprensa do Ministério da Previdência informou que o Governo do Rio Grande do Norte apresentou um termo de parcelamento dos débitos de contribuição de dezembro, contudo não entregou todos os documentos necessários para análise.

Além das irregularidades já registradas pelo Ministério da Previdência Social, mais uma pode entrar para a lista. A união dos fundos previdenciários realizada no final do ano passado pelo Executivo já foi considerada irregular pelo MPS e só ainda não foi listada como situação a ser regularizada pelo Estado porque o processo está em andamento. Mesmo quitando as dívidas e regularizando as situações já listadas como pendentes, com a inclusão da união dos fundos, Robinson Faria terá um problema maior para resolver e conseguir renovar o CRP.

É hora de "acertar as contas"

« IMPOSTO DE RENDA » Os contribuintes devem entregar, a partir de amanhã, a declaração do Imposto de Renda. Reportagem mostra prazos, o que muda e dicas para preencher corretamente o documento

RICARDO ARAÚJO
Repórter

A partir de amanhã e até o próximo dia 30 de abril, a Receita Federal no Rio Grande do Norte espera receber 14.450 declarações de Imposto de Renda a mais que no ano passado. O número corresponde a um aumento de 5% em relação às 245.749 mil documentações analisadas ao longo de 2014. Uma das principais reclamações dos contribuintes neste ano, a correção da tabela do Imposto de Renda dos atuais 4,5% para 6,5%, índice correspondente à média da inflação do ano passado, deverá ficar para 2016. O Governo Federal alega não ter como realizar a mudança da alíquota neste momento.

"Reclama-se que o percentual é baixo, pois a alíquota foi definida através dele há três anos", esclareceu o auditor fiscal da Receita Federal no Rio Grande do Norte, Sílvio Moreira de Almeida. Ele informou, ainda, que a discussão em torno da modificação do percentual da alíquota tramita no Senado Federal e deverá ser votada ao longo deste ano e, possíveis mudanças, somente deverão ocorrer a partir do ano que vem. "Quando reajusta a tabela, é bom para o contribuinte. Há uma equiparação entre o que se ganha e o que se gasta e o imposto pago acaba sendo menor", frisou o auditor fiscal.

Quota não vem, para este ano, os novos mecanismos tecnológicos disponibilizados pela Receita Federal que incluem a possibilidade, desde outubro passado, do preenchimento de uma espécie de "rascunho da declaração" ao uso de smartphones e tablets para envio das informações, deverão minimizar os congestionamentos no sistema e dar celeridade ao processo de análise das declarações. Além disso, o sistema de informática do órgão federal está mais rigoroso.

No que tange ao cruzamento de informações constantes nas declarações, qualquer número de CPF ou CNPJ de prestador de serviço ou fonte pagadora digitado erroneamente pelo contribuinte, por exemplo, poderá resultar na retenção do processo para retificação. "A mudança atual não visa aumentar a fiscalização, em linhas gerais, é somente a conferên-

cia entre as informações do contribuinte e o que ele gastou com médico, por exemplo", esclareceu Sílvio Moreira de Almeida.

Retidas

Ele disse, ainda, que com a correta alimentação do sistema e porte de todos os comprovantes de dispêndios, incluindo os com saúde e educação, prioritariamente, há menos risco da declaração ficar retida na Malha Fiscal. No ano passado, o número de contribuintes cujas informações não foram suficientes para a aprovação da declaração e pagamento da restituição passou dos 16 mil no Rio Grande do Norte. Hoje, cerca de 8.600 declarações ainda estão retidas na Malha Fiscal da Receita Federal no Rio Grande do Norte. Algumas delas - num total de 203 - remontam ao ano de 2009.

Indagado sobre quais motivos faz uma declaração passar tanto tempo retida, o auditor fiscal esclareceu que uma das causas mais comuns para o feito é a falta de documentação probatória de determinados dispêndios. Sem o processamento adequado, a Receita Federal emite um alerta para que o contribuinte efetue a correção e, não sendo feita, ele é convocado ao órgão para prestar esclarecimentos a um auditor fiscal. "Se a Receita Federal comprovar, através de um auditor, que houve sonegação fiscal, é obrigada a abrir uma ação de investigação", frisou Sílvio Moreira de Almeida. A condenação pelo crime pode chegar a cinco anos de detenção.

Reclama-se que o percentual é baixo, pois a alíquota foi definida através dele há três anos"

SÍLVIO MOREIRA DE ALMEIDA
Auditor Fiscal da Receita Federal

PÁGINA 3
Listar documentos ajuda a evitar falhas



Sílvio Moreira explica que mudanças visam a cruzar informações

DESVENDANDO O IMPOSTO DE RENDA

Mudanças este ano e outras informações

Prazo para enviar a declaração:



LIMITES CORRIGIDOS

Fique atento às mudanças nas Declaração - Ano Base 2014. Alguns limites foram corrigidos em 4,5% quando comparados com o ano anterior.



QUEM É OBRIGADO A DECLARAR	ANO ANTERIOR	2015
Rendimentos Tributáveis	R\$ 25.661,70	R\$ 26.816,55
Rendimentos Isentos	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00
Atividade Rural	R\$ 128.305,50	R\$ 134.082,75
Bens em 31 de dezembro	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00

DESCONTO SIMPLIFICADO	ANO ANTERIOR	2015
20% limitado a	R\$ 15.197,02	R\$ 15.880,89

DEDUÇÃO	ANO ANTERIOR	2015
Dependentes	R\$ 2.063,64	R\$ 2.156,52
Instrução	R\$ 3.230,46	R\$ 3.375,83

	ANO ANTERIOR	2015
Contribuição à Previdência Complementar	12% dos rendimentos tributáveis	12% dos rendimentos tributáveis

	ANO ANTERIOR	2015
Dedução Empregada Doméstica	R\$ 1.078,08	R\$ 1.152,89

	ANO ANTERIOR	2015
Doação / ECA / Incentivo à Cultura / à Atividade Audiovisual / ao Desporto e ao Estatuto do Idoso	6%	6%

A tabela progressiva para o cálculo do imposto de Renda é a seguinte:

BASE DE CÁLCULO EM R\$	ALÍQUOTA (%)	Parcela a deduzir do imposto em R\$
Até R\$ 21.453,24	-	-
De R\$ 21.453,24 até R\$ 32.151,48	7,5	1.608,99
De R\$ 32.151,48 até R\$ 42.869,16	15	4.020,35
De R\$ 42.869,16 até R\$ 53.565,72	22,5	7.235,54
Acima de R\$ 53.565,72	27,5	9.913,83

Opções para o envio da declaração 2015

Mobilidade - Esse ano, uma das facilidades é a possibilidade de o contribuinte salvar o arquivo da declaração e recuperá-la da base "on-line" da Receita Federal.

São três as formas de preenchimento:

- 1 No microcomputador (Desktop ou Notebook) - utilizando o PGD IRPF 2015;
- 2 Em dispositivos móveis (Smartphones ou Tablets) - utilizando o aplicativo m-IRPF;
- 3 Ou através da declaração on-line, disponível no e-CAC (no site da Receita Federal).

Será possível começar o preenchimento utilizando uma forma e continuar em outra, sempre salvando as informações on-line.

Declaração On-line - Será possível fazer a declaração de modo on-line através do e-CAC desde que o acesso seja feito com certificado digital. Vantagem de não ser necessário instalar programas e o acesso pode ser remoto. Declaração com as mesmas limitações do m-IRPF.

Impossibilidade de utilização do m-IRPF

1. Caso o declarante ou seus dependentes tenham auferido pelo menos algum dos seguintes rendimentos:

1.1 tributáveis:

- recebidos do exterior;
- com exigibilidade suspensa;
- sujeitos ao ajuste anual, cuja soma foi superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

1.2 sujeitos à tributação exclusiva/definitiva:

- ganhos de capital na alienação de bens e/ou direitos;
- ganhos de capital na alienação de bens, direitos e aplicações de moeda estrangeira;

■ ganhos de capital na alienação de moeda estrangeira em espécie;

■ ganhos líquidos em renda variável (bolsa de valores, mercadorias, de futuros e assemelhados e fundos de investimento imobiliária);

■ rendimentos recebidos acumuladamente;

■ rendimentos cuja soma foi superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

1.3. rendimentos isentos e não tributáveis:

■ lucro na alienação de bens e/ou direitos de pequeno valor ou do único imóvel, lucro na venda de outro imóvel residencial, e redução do ganho de capital.

Pré-Preenchida

- Foram acrescentados na declaração pré-preenchida os dados da DMED e DIMOB. Até o ano passado, o programa utilizava dados apenas da DIRF. Ressalta-se que não é possível recuperar o rascunho ao se escolher importar Declaração pré-preenchida.

Novas regras a partir de 2016

A partir do ano que vem, profissionais autônomos como médicos, dentistas, psicólogos, psicanalistas, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, deverão informar o número do CPF dos clientes em suas declarações de imposto de Renda.

Alertas

- Ainda este ano será possível também o contribuinte optar por receber alerta, no celular e tablet, sobre a evolução do processo da declaração entregue.

Programa Carnê Leão

- Médicos, dentistas, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos, psicanalistas e advogados terão de informar, através do aplicativo Carnê Leão, os valores pagos por pessoas físicas e seus respectivos números de CPFs. Esses dados serão utilizados na DIRPF do ano que vem. O objetivo é diminuir o número de contribuintes com declarações retidas na malha fiscal por divergências nas informações com despesas médicas.

Fontes: Receita Federal / Programa do Imposto de Renda 2015

Multa por atraso pode chegar a 20%

Os contribuintes devem ficar atentos aos prazos estipulados pela Receita Federal para o envio das declarações do Imposto de Renda. Caso as informações não sejam enviadas até o último minuto do dia 30 de abril, haverá aplicação de multa. Em geral, a punição por atraso na entrega será de 1% ao mês, com cobrança mínima de R\$ 165,74 e máxima correspondente a 20% do valor do imposto devido.

O percentual da multa, porém, pode chegar aos 75% do valor do imposto devido quando a declaração é retida na Malha Fiscal e o contribuinte não consegue comprovar o dispêndio apontado na documentação enviada à Receita Federal. "Quan-

do determinado contribuinte não consegue comprovar que aquele imposto não é devido, cobra-se o referenciado imposto, mais 75% de multa e juros com base na taxa Selic. O ideal é ter os documentos em mãos"

SÍLVIO MOREIRA
Auditor Fiscal da Receita Federal

do determinado contribuinte não consegue comprovar que aquele imposto não é devido, cobra-se o referenciado imposto, mais 75% de multa e juros com base na taxa Selic. O ideal é ter todos os documentos em mãos", frisou Sílvio Moreira de Almeida.

O contribuinte tem a opção de enviar a declaração através do programa que pode ser baixado no desktop a partir do site da Receita Federal (receita.fazenda.gov.br) ou baixando os aplicativos nas lojas de multimídia dos sistemas android e IOS. Na GooglePlay e AppStore, o declarante deve procurar pelo aplicativo IRPF 2015 e, quando baixado, enviar os dados através da função "Fazer Declaração".

IMPOSTO DE RENDA



Onde obter o programa IRPF2015?

O programa para a Declaração de Ajuste Anual pode ser obtido no site da Secretaria da Receita Federal na internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>. Localize o programa IRPF2014 a partir da opção *Download - Programas para voce* e siga as orientações para download constantes no site.

As perguntas desta coluna são respondidas por auditores da Delegacia da Receita Federal em Natal. Envie suas dúvidas com nome, e-mail e telefone para aq@tribunadonorte.com.br

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 01.03.15

EDITORIA: ECONOMIA

Listar documentos reduz falhas

« IMPOSTO DE RENDA » Especialista orienta contribuintes a fazerem um “check list” de documentos para a Declaração do IR. Informes de rendimento e comprovantes de pagamento estão entre os indispensáveis

De acordo com o diretor financeiro do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis do Rio Grande do Norte (Sescon/RN), Max Rocha de Medeiros, o ideal é que o contribuinte faça uma “checklist” de toda a documentação que poderá ser usada para o preenchimento da Declaração do Imposto de Renda. “Os documentos indispensáveis são: informe de rendimento da fonte pagadora, livro de caixa devidamente preenchido/escriturado, comprovantes de todos os pagamentos realizados a pessoas físicas e jurídicas com seus respectivos números de CPF e CNPJ”, listou o contador.

No caso das informações relativas aos dependentes dos de-

clarantes, Max Rocha de Medeiros frisou que, é extremamente importante, total atenção no repasse dos dados à Receita Federal. “É preciso informar o número do CPF dos dependentes a partir dos 18 anos. Se não informar, cai na Malha Fiscal”, comentou. No que concerne ao campo destinado aos dependentes, o declarante deve ficar atento aos documentos que comprovam, prioritariamente, gastos com educação e saúde.

O Sescon orienta que as informações relativas aos gastos com saúde, por exemplo, estejam individualizadas. Isto para facilitar o cruzamento das informações pela Receita Federal entre o que foi declarado pelo prestador de serviço e por quem o con-

Interessante lembrar que são essas as formas seguras de comprovar que o serviço ou profissional foram pagos.”

MAX ROCHA DE MEDEIROS
Diretor do Sescon/RN



Medeiros, do Sescon/RN: É preciso ter atenção a informações sobre dependentes



O Programa de Imposto de Renda pode ser baixado no site da Receita Federal

tratou. Os planos de saúde devem fornecer essas informações de forma detalhada, conforme requisitado pelo cliente. E, sempre que ocorrer um atendimento médico particular, com pagamento da consulta ou procedimento através de dinheiro em espécie, cartão de crédito ou cheque, de suma importância guardar o comprovante com dados corretos e atualizados do prestador do serviço.

Comprovantes

“Interessante lembrar ao contribuinte que são essas as formas seguras de comprovar que o serviço ou profissional foram pagos. Além do mais, os comprovantes devem ser guardados por, no mínimo, cinco

anos”, relembrou Max Rocha de Medeiros. Ele apontou que uma das informações que, quando repassadas errada culmina com a retenção da declaração, é a relativa ao patrimônio do declarante. “A variação patrimonial não pode ser incompatível com a renda. E isso inclui veículos e imóveis”, destacou.

Para quem recebe pagamento de aluguel, por exemplo, o contador orienta a preencher a declaração como rendimento recebido de terceiros e não via imobiliária. “Muitos contribuintes ficam com a declaração retida por causa disso. O declarante deve informar o montante repassado à imobiliária pelo serviço prestado, o que não entra no conta do aluguel recebido”, apontou.

« ARTIGO »

O que fazer para não cair na malha fina

DORA RAMOS

Educadora financeira e especialista em contabilidade e controladoria.

Mesmo fazendo parte de nossa rotina há muitos anos, a declaração do Imposto de Renda ainda gera dúvidas e amedronta grande parte dos brasileiros. Falta de organização dos documentos, descuidos com os prazos disponíveis e, por incrível que pareça, erros infantis fazem com que muitos caiam na temida malha fina e tenham transformados para obter a restituição.

Como ocorre em todos os anos, a Secretaria da Receita Federal divulgou que todos aqueles que tiveram rendimentos tributáveis acima de R\$ 26.816,55 em 2014 devem prestar contas entre os dias 2 de março e 30 de abril. Muitos, entretanto, não tomam os cuidados necessários, por desinformação ou descuido, fornecem informações equivocadas. Entre os erros comuns e pouco conhecidos dos declarantes, está um dos responsáveis por provocar contratempos, inclusive, às empresas: o arredondamento dos valores.

Embora muitos não saibam, a coleta de dados da Receita é extremamente precisa e detalhada. Ou seja, cada centavo deve ser especificado, já que arredondar os dados, para mais ou para menos, pode gerar divergências e ser entendido como tentativa de burlar o sistema. Tanto pessoas físicas quanto bancos, seguradoras, planos de saúde e demais instituições devem tomar esse cuidado, que parece simples, mas é responsável por gerar desconfortos com o “Leão”.

Empresas podem reinvestir parte do imposto

Uma possibilidade ainda desconhecida do grande público, principalmente o empresário com área de atuação na região Nordeste e em algumas localidades do Espírito Santo e Minas Gerais, é a de reinvestimento de 30% do total do Imposto de Renda pago ao Governo Federal.

O Banco do Nordeste é o responsável pela operacionalização do incentivo fiscal, que tem como objetivo a modernização das empresas que optam pela adesão ao reinvestimento.

Conforme esclarecido por Ana Lúcia Sobral, gerente de Negócio do Banco do Nordeste no Rio Grande do Norte, o empresário cuja empresa está instalada dentro da área de atuação do Banco do Nordeste pode reinves-

tir os 30% do valor do imposto seguindo algumas regras. disse Ana Lúcia Sobral. O reinvestimento consiste na compra de equipamentos novos e modernização das empresas, por exemplo. No ano passado, foram reinvestidos R\$ 1,9 milhão através do Banco do Nordeste.

Tais empresas, porém, precisam ser declarantes do modo de lucro real junto à Receita Federal. A maioria das instituições que escolhem esse perfil são, segundo o Banco do Nordeste, as operadoras de turismo, indústria, agroindústria e as de infraestrutura.

Como funciona

Por meio desse tipo de operação, a empresa pagará, nor-

malmente, 70% do imposto à Receita Federal e, quando procurar o Banco do Nordeste para viabilizar o reinvestimento, terá que apresentar um plano de trabalho e depositar mais 50% do valor total dos 30% do montante do imposto destinado ao reinvestimento. Esses 50%, porém, devem ser com recursos próprios da empresa.

Na prática, funcionaria da seguinte forma: se um empresário tem como valor de 30% do Imposto de Renda, R\$ 15 mil, por exemplo, ele terá que depositar outros R\$ 7.500,00 (correspondentes a 50% do valor dos 30% do IR) para viabilizar o projeto de reinvestimento.

O valor para reinvestimento, os 30% relativos ao Impos-

to de Renda acrescidos dos 50% depositados pela empresa, ficam reservados numa poupança aberta pelo Banco do Nordeste, na qual correm juros. Somente após a avaliação e aprovação do plano de trabalho, o recurso é liberado.

Para este ano, a Superintendência do Banco do Nordeste no Rio Grande do Norte visa ampliar o volume de reinvestimentos e avaliar um seminário com empresários para divulgar mais informações sobre o assunto no dia 6 de março, às 10h, na Superintendência do BNB, localizada no Lagoa Center, em Natal.

Os valores recolhidos ao BNB não podem ser usados em equipamentos usados ou reconicionados.

NÚMEROS

30%

é quanto do Imposto de Renda as empresas podem investir para modernizar os negócios.

É, em linhas gerais, um benefício fiscal que permite o reinvestimento na própria empresa”.

ANA LÚCIA SOBRAL
Gerente de Negócio do BNB

Ainda falando para as empresas, outro equívoco presente nas declarações de IR é o conflito nas informações contidas no CNPJ do estabelecimento e no CPF do proprietário - estes dados estão atrelados e qualquer desconformidade será comprometedor. Já no caso específico de pessoas físicas, o “excesso” pode atrapalhar: não é incomum encontrarmos a inclusão de filhos como dependentes nas declarações tanto do pai quanto da mãe. Isto gera duplicidade de informações, o que também é identificado pela malha fina.

Atenção aos prazos, organização dos documentos e, claro, conhecimento dos erros mais comuns são fundamentais para que imprevistos sejam evitados. Apenas com alguns cuidados e algumas horas dedicadas, o brasileiro conseguirá cumprir seu papel, sem se complicar em um procedimento tão rotineiro.

RN tem maior matriz eólica

« ENERGIA » Estado conta com 70 parques eólicos em operação, 31 em construção e 67 já com autorização para serem iniciados

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) liberou no mês de fevereiro a operação comercial de mais quatro usinas eólicas no Rio Grande do Norte. Ao todo, os quatro empreendimentos têm capacidade para geração de 94 Megawatts (MW). O estado possui hoje a maior matriz eólica estadual do Brasil e também a maior capacidade instalada.

Segundo a Agência Reguladora de Serviços Públicos, (Arsep), responsável pela fiscalização dos parques eólicos no estado, o RN hoje é autossuficiente na produção de energia limpa, conta com 70 parques eólicos em operação, 31 em construção e 67 já com autorização para serem iniciados. Em 2015 a agência reguladora vai realizar 37 fiscalizações. As fiscalizações são divididas em dois tipos, Operações Rotineiras, executadas em parques, que já estão em funcionamento e Expansão de Oferta, realizadas em parques, em fase de construção. A função da Arsep é assegurar que as obras sejam feitas dentro dos prazos e que obedçam as normas técnicas de execução e funcionamento.

Para a Diretora-Presidente



ALEX RÉGIS

Em fevereiro, Agência Nacional de Energia Elétrica liberou a operação comercial de quatro novas usinas

da Arsep, a engenheira Kátia Pinto, a fiscalização é fundamental para que o Estado continue avançando de forma eficiente na produção de energia limpa. "Ficamos honrados por nosso estado ser auto suficiente na geração de energia, principalmente num momento como esse de crise energética. É importante que o

governo federal se preocupe com os leilões, mas também com as linhas de transmissão que levam a energia produzida aqui, para todo o Brasil", comentou a gestora.

De acordo com o Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energias Renováveis (Cerne), a estimativa é que o setor no RN tenha recebido nos úl-

timos 5 anos, de R\$ 3 bilhões a 4 bilhões em investimentos. E esses números podem subir. A Empresa de Pesquisa Energética, (EPE) cadastrou 521 projetos para um leilão A-3, a ser realizado no dia 24 de julho. Dos 521 projetos cadastrados, 132 são voltados para a produção de energia eólica no estado.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 01.03.15

EDITORIA: ECONOMIA

Emprego começa 2015 fraco

« BRASIL » Só em janeiro foram fechadas mais de 81 mil vagas no país. Foi o pior resultado para o mês desde 2009, segundo dados do governo

Brasil (AE) - O ano de 2015 começou com uma redução dos postos de trabalho no País. Em janeiro, foram fechadas 81,8 mil vagas, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O resultado é o pior para o mês desde 2009, quando o Brasil enfrentava reflexos da crise econômica internacional. Naquele ano, o mês de janeiro teve queda de 101,7 mil postos.

O resultado foi puxado para baixo pelo comércio, que fechou 97,8 mil vagas no mês. O destaque positivo ficou com a indústria de transformação, que depois de oito meses demitindo apresentou um crescimento de 27,4 mil vagas de emprego.

Para Rafael Bacciotti, economista da consultoria Tendências, o fato de a indústria ter apresentado saldo positivo dá a falsa impressão de uma boa notícia. "Apesar do dado positivo, quando fazemos o ajuste vemos uma queda bem forte na margem. Com isso, o setor amarga pelo 11.º mês consecutivo uma piora na comparação mensal."

Recessão

A avaliação de José Márcio Camargo, economista-chefe da Opus Gestão de Recursos, é de que o resultado "muito ruim" indica que o Brasil está em recessão. Para ele, o recuo na construção civil, com menos 9,7 mil vagas no mês passado,

mostra o efeito da Operação Lava Jato sobre as grandes empreiteiras.

Por meio de nota, o ministro do Trabalho, Manoel Dias, disse que o resultado é resultado de um movimento sazonal. "Os setores que tradicionalmente fazem demissões nesse período, por questões como o fim do período de férias, foram os que mais perderam vagas", avaliou.

Em meio ao cenário geral negativo, o Ministério do Trabalho decidiu alterar o modelo de divulgação do Caged. Normalmente, as tabelas são apresentadas logo antes do ministro Manoel Dias.

Desta vez, uma nota, que dava mais evidência aos números positivos e dificultava a visualização dos

negativos, foi divulgada cinco horas antes da liberação do resultado completo. O ministro não concedeu entrevista à imprensa para comentar os dados.

As 10h de sexta-feira, 27, a pasta divulgou o texto, intitulado "Caged mostra melhora do emprego na indústria". Mas o resultado geral do mês, com o fechamento de mais de 80 mil vagas, aparecia apenas no terceiro parágrafo. A queda nos postos de trabalho no comércio vinha no quarto parágrafo, exigindo ainda que o leitor calculasse a soma dos saldos do varejo e do atacado pra chegar ao número final. O recuo da construção civil não foi nem mesmo citado na nota divulgada pela manhã.



Ministro do Trabalho, Manoel Dias: "Movimento é sazonal"

FÁBIO RODRIGUES POTZTER/DM

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE
FINANÇAS

DATA: 01.03.15

EDITORIA: NEGÓCIOS E

Uso do chapéu alheio

Virou moda no Brasil fazer campanha dentro das corporações, oferecendo aos pares benesses e facilidades, com o dinheiro do contribuinte. Aconteceu aqui no Ministério Público agora se repete na Câmara dos Deputados. Enquanto essa elite nacional aumenta os seus gastos "in corpore", o Executivo tenta segurar as despesas para enfrentar a crise que está se agravando. Lá fora, longe dos olhos "deles", a grande massa da população brasileira continua sofrendo com a insegurança diária, serviços de saúde precários, educação de péssima qualidade e transporte (mobilidade) de terceira categoria. De forma indireta, essa elite está convocando os manifestantes a voltarem às ruas e para reagir fortemente.

REAÇÃO Para o empresário Flávio Rocha, neste ano de ajustes fiscais, de eventuais altas de inflação e previsões de estagnação ou até retração da economia brasileira, irá se sobressair o varejista que não se apavorar com as perspectivas negativas do momento. Apesar da expansão obtida pelo setor, de apenas 2,2% em 2014, - pior resultado desde 2003, - "só pode ser pessimista quem tiver os olhos no curto prazo", afirma o presidente da Riachuelo.

Troca

A alta do dólar estaria levando boa parte das empresas a substituir produtos importados por produção nacional, contribuindo diretamente para a redução dos custos. Com o câmbio elevado fica mais em conta produzir aqui do que importar. O dólar subiu para o maior preço em quase dez anos, no Brasil. Avalorização ocorreu com o aumento das apostas no mercado financeiro em alta dos juros americanos ainda no primeiro semestre.

Renda

A renda per capita em 2014 no RN foi de R\$ 695,00 por mês, no Brasil foi de R\$ 1.052,00. No Ceará, estado mais rico do que o RN e, com uma população maior, a renda per capita/mês domiciliar foi menor, de R\$ 616 em 2014, abaixo 41,44% do registrado para o País no mesmo período. Na verdade, o RN deveria ter uma renda per capita muito maior, por abrigar metade da população do Ceará.

AUMENTO A tabela do Confaz para cobrança do ICMS fixa o preço médio do litro da gasolina em R\$ 3,32 no RN a partir de hoje (1º). É a terceira tabela com os preços de referência divulgada neste ano. Diante da voracidade dos governos em arrecadar, o consumidor deve pesquisar cada vez mais para encontrar preços menores.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 28.02.15

EDITORIA: ECONOMIA

Apreensão no comércio com o Minha Casa Melhor



A suspensão de novos contratos no "Minha Casa Melhor", que financia a compra de eletroeletrônicos, deixou o comércio de Natal apreensivo. « ECONOMIA 1 »

Suspensão de crédito afeta comércio

« MINHA CASA MELHOR » Quem entrar no Minha Casa, Minha Vida a partir de agora não terá acesso ao Minha Casa Melhor, que concede crédito para compra de móveis e eletros e já movimentou R\$ 129 milhões no RN

O governo federal suspendeu esta semana o programa Minha Casa Melhor, que facilita a aquisição de móveis e eletrodomésticos para famílias do "Minha Casa, Minha Vida", e o comércio já estima o impacto da medida: a perda de um mercado que vinha ajudando a turbinar as vendas.

Só no Rio Grande do Norte, o programa já movimentou mais de R\$ 129 milhões, desde 2013, quando foi lançado. Há 460 lojas credenciadas no estado para comercializar os produtos.

"O resultado para o varejo será negativo", disse o gerente de uma grande loja do setor na Cidade Alta, em Natal, Isaac Antunes. Ele está à frente de uma loja que atende principalmente a um público de classe C. "O programa estava correspondendo a cerca de 7% das nossas vendas", acrescentou, lembrando que as vendas de móveis são maiores que de produtos eletrônicos.

Os contratos já realizados continuam operando normalmente. Mas novas contratações deixaram de ser feitas, "até segunda ordem". A suspensão foi anunciada na quinta-feira (26) e teria sido motivada pela necessidade de contenção de gastos do governo federal.

"Ainda não temos a definição de quando voltaremos a contratar", disse o superintendente da Caixa Econômica Federal no Rio Grande do Norte, Roberto Linhares. De acordo com levantamento da instituição, o programa já movimentou R\$ 129.601.944 no estado, desde 2013, por meio de quase 26 mil contratos.

Novas contratações poderão ocorrer quando começar uma nova etapa do Minha Casa, Minha Vida, mas não há prazo para que isso ocorra e o assunto ainda está em avaliação.

Comércio

Por meio do Minha Casa Melhor, as famílias que estão no Minha Casa, Minha Vida recebem um cartão com até R\$ 5 mil de crédito para comprar móveis e eletrodomésticos e pagar em até 48 meses, com taxas de juros subsidiadas. Elas escolhem os produtos na loja e compram pelo preço à vista com direito a, no mínimo, 5% de desconto. Depois, vão pagando à Caixa, em pequenas prestações.

Com a suspensão do programa, comerciantes que atuam em Natal estão apreensivos.

O vendedor Wellington Cirino lembra que em 2013, quando o cartão foi lançado, houve

NÚMEROS

R\$ 129,6

Milhões é a soma de crédito já concedida no RN para aquisição de móveis e eletrodomésticos por meio do Minha Casa Melhor.

26

Mil é a quantidade de contratos assinados entre a Caixa e famílias do Minha Casa, Minha Vida para terem acesso a esse crédito.

14

Tipos de móveis e eletrodomésticos podem ser comprados por meio do programa Minha Casa Melhor.

um boom de vendas no setor. "O faturamento da loja onde trabalhava, em Santos Reis, Parnamirim, subiu de R\$ 270 mil para mais R\$ 1,2 milhão".

Yale Priscila é gerente de outro estabelecimento no Centro de Natal e disse "ter ficado triste" ao saber da medida porque as vendas chegaram a subir em

30% com o Minha Casa. "As vezes o cliente vem e compra os R\$ 5 mil de uma só vez".

De outra rede que comercializa móveis e eletros, André Oliveira acredita que o impacto será grande para o comércio. "Nosso faturamento deve ter crescido em mais de 20% e só não foi melhor porque os preços eram tabelados". O valor da TV digital, por exemplo, não ultrapassa os R\$ 1.400. A cama de casal deve custar até R\$ 500 e o guarda-roupa, R\$ 700.

A Câmara dos Dirigentes Lojistas de Natal (CDL Natal) não tem dados do programa, já que não realiza pesquisas por segmentos, mas o presidente da entidade, Augusto Vaz, acredita que a medida acarretará em prejuízos.

"Todo programa de incentivo por parte do governo, que traz a oportunidade de as pessoas consumirem, é interessante para o comércio. E pela quantidade de imóveis lançados, tivemos um mercado importante gerado a partir do cartão".

O programa permite comprar 14 tipos de móveis e eletrodomésticos. A lista inclui, por exemplo, guarda-roupa, cama, sofá, móveis para cozinha, geladeira, fogão, lavadora de roupas, computador e TV.



FEVEREIRO NISSAN ZERO NISSAUTO

OFERTAS ESPETACULARES, SÓ ESTE MÊS.

NISSAN NEW MARCH

1,6 S 2015

- AIRBAG DUPLO
- AIR-CONDICIONADO
- DIREÇÃO ELÉTRICA
- VIDROS, TRAVAS E RETROVISORES ELÉTRICOS
- FREIOS ABS COM EBD E BA
- COMPUTADOR DE BORDO



Taxa 0%

DE R\$ 40.990,00 POR:
R\$39.990,00
COM ENTRADA DE R\$ 23.994,00
+36x R\$490,35



NISSAN NEW MARCH

1,6 SV 2015

- AIRBAG DUPLO • AR-CONDICIONADO
- DIREÇÃO ELÉTRICA • VIDROS, TRAVAS E RETROVISORES ELÉTRICOS
- FREIOS ABS COM EBD E BA
- SOM COM BLUETOOTH
- ALARME • AEROFÓLIO
- FARDIS DE NEBLINA
- RODAS DE LIGA LEVE ARO 15"



Taxa 0%

DE R\$ 43.990,00 POR:
R\$42.990,00
COM ENTRADA DE R\$ 25.794,00
+36x R\$525,92



NOVO SENTRA

2.0 S FLEX 2015 COMPLETÍSSIMO

- AIRBAG DUPLO
- AR-CONDICIONADO
- DIREÇÃO ELÉTRICA
- FREIOS ABS COM EBD E BA
- TRIO ELÉTRICO
- RODAS DE LIGA LEVE
- SOM COM MP3, BLUETOOTH E COMANDO NO VOLANTE



Taxa 0%

DE R\$ 67.000,00 POR:
R\$64.490,00
COM ENTRADA DE R\$ 38.694,00
+24x R\$ 1.168,54



NISSAN FRONTIER

5 TURBODIESEL 4X4 2015

- AIRBAG DUPLO
- AR-CONDICIONADO
- DIREÇÃO HIDRÁULICA
- FREIOS ABS COM EBD E BA
- VIDROS, TRAVAS E RETROVISORES ELÉTRICOS
- COMPUTADOR DE BORDO
- RODAS DE LIGA LEVE ARO 16"

BÔNUS FIDELIDADE DE R\$ 3.000,00



FABRICADA NO BRASIL

DE R\$ 110.790,00 POR:
R\$102.490,
À VISTA



Doppio click per zoom avanti / indietro

NISSAUTO

CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA PRODUTORES RURAIS, PESSOAS JURÍDICAS, PDD E TAXISTAS

VENHA CONHECER AS OFERTAS DO FEVERÃO NISSAUTO NO NATAL AUTO SHOPPING - BR 151

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 28.02.15

EDITORIA: ECONOMIA

Tarifas da Cosern terão reajuste extra de 2,8%

« ENERGIA » Agência autoriza reajuste da luz distribuída por 58 concessionárias estaduais e regionais para cobrir custos de produção

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern) foi autorizada pela Aneel a aplicar um reajuste extraordinário de 2,8% nas tarifas de energia elétrica a partir de segunda-feira. A medida faz parte da estratégia do governo de transferir para os consumidores os altos custos da produção de eletricidade em consequência dos baixos níveis dos reservatórios das principais hidrelétricas do País. Além da Cosern, outras 57 concessionárias receberam autorização para aplicar o reajuste, cuja média é de 23,4%.

A revisão extraordinária está prevista nos contratos de concessão das distribuidoras e permite que a Aneel revise as tarifas para manter o equilíbrio econômico e financeiro do contrato quando forem registradas alterações significativas nos custos da distribuidora, como está ocorrendo agora, em função da crise hídrica.

O consumo de energia está em alta no Rio Grande do Norte. No ano passado houve crescimento de 4,8% em relação a 2013. A classe residencial foi a que apresentou o maior percentual de crescimento, com um aumento de 7,1%, motivado pela elevação na renda da população,



ALEX REGIS

Com reservatórios de hidrelétricas quase secos, governo eleva tarifas para conter o consumo

REAJUSTE EXTRA

Aplicação a partir do dia 02 de março

OS MENORES

Celpe	2,2%
Cosern	2,8%
Cemar	3,0%
Cepisa	3,2%
Celipa	3,6%

OS MAIORES

AES Sul	39,5%
Bragantina	38,5%
Uthenpal	36,8%
Copel	36,4%
RGE	35,5%

semana que vem os novos valores para as bandeiras tarifárias, que permitem a cobrança de um valor extra na conta de luz, de acordo com o custo de geração de energia. Além da revisão extraordinária, as distribuidoras passarão neste ano pelos reajustes anuais, que variam de acordo com a data de aniversário da concessão.

Segundo a Aneel, a revisão

elevação na renda da população, que favoreceu a compra e o maior uso de aparelhos de refrigeração nas residências para enfrentar as altas temperaturas. A Cosern encerrou o ano de 2014 com 1.303.616 clientes

De acordo com a Aneel, os maiores reajustes serão para as distribuidoras AES Sul (39,5%), Bragantina (38,5%), Uhenpal (36,8%) e Copel (36,4%). Os mais baixos serão aplicados para as distribuidoras Celpe (2,2%) e Cosern (2,8%). A distribuidora CEA, do Amapá, não pediu a revisão tarifária. Já as empresas Amazonas Energia (AM), Boa Vista Energia e CERR (RR) não terão revisão tarifária

Celpe	3,6%
Energisa PB	3,8%
Celtins	4,5%
Ceal	4,7%
Coelba	5,4%
Borborema	5,7%

ria porque não participam do rateio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e não estão no Sistema Interligado Nacional. A Ampla (RJ) também não passou pela revisão porque seu processo tarifário ocorre em 15 de março, quando todos os efeitos serão considerados.

Os impactos da revisão serão diferentes conforme a região da

RGE	35,5%
CNEE	35,2%
Cocel	34,6%
Muxfeldt	34,3%
Demel	33,7%
Caixa	32,4%

distribuidora. Para as concessionárias das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o impacto médio será de 28,7% e, para as distribuidoras que atuam nas regiões Norte e Nordeste, de 5,5%. A diferença ocorre principalmente por causa do orçamento da CDE e da compra de energia proveniente de Itaipu.

Também começam a valer na

Segundo a Aneel, a revisão leva em consideração diversos fatores, como o orçamento da CDE deste ano, o aumento dos custos com a compra de energia da Usina de Itaipu - por causa da falta de chuvas -, o resultado do último leilão de ajuste - que aumentou a exposição das distribuidoras ao mercado livre - e o ingresso de novas cotas de energia hidrelétrica. "No ano passado e neste ano, o custo da energia elétrica tem sido realmente alto porque o regime hidrológico não está favorável, temos despachado todas as térmicas, que têm um custo mais alto", explicou o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino.

Bandeiras tarifárias também sobem em março

Brasília (AE) - A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem o reajuste dos preços das bandeiras tarifárias, que colocam um acréscimo mensal no valor das contas de luz sempre que a energia gerada no País fica mais cara. A medida aprovada ontem transfere dos reajustes tarifários para o regime de bandeiras os custos do sistema com o chamado risco hidrológico e outros gastos. O valor da bandeira vermelha aumentará dos atuais R\$ 3 para R\$ 5,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos no mês, o que significa um reajuste de mais de 83%. Para a bandeira

amarela, a cobrança adicional deverá subir de R\$ 1,50 para R\$ 2,50 por 100 kWh.

Os novos valores entram em vigor no dia 1º de março e as empresas deverão realizar campanhas publicitárias sobre o regime. Segundo a Aneel, para o próximo mês, a bandeira tarifária em todo o País será vermelha.

Com a mudança, uma conta de R\$ 65,20, que atualmente sobe para R\$ 70,09 na bandeira vermelha, chegará a R\$ 74,15 com o novo aumento, quase R\$ 9 a mais. Na bandeira amarela, essa mesma conta de R\$ 65,20 subirá hoje para R\$ 67,65 considerando o preço atual, mas chegará a R\$

69,27 com a alteração.

Esses valores consideram que o consumo médio do brasileiro é de 163 kWh por residência, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e que a tarifa média do consumidor residencial, de acordo com a Aneel, é de R\$ 400 por megawatt-hora (MWh).

Além disso, o aumento do valor das bandeiras tarifárias impactará na mesma proporção as receitas mensais das empresas de distribuição. Em um mês de bandeira vermelha, o valor adicional pago pela população, que atualmente é de cerca de R\$ 800 milhões, saltará para R\$ 1,460 bilhão.

Na bandeira amarela, a cobrança extra passa de R\$ 400 milhões para R\$ 666 milhões por mês.

Outra mudança no regime é a uniformização das bandeiras em todo o território nacional a cada mês. Até então, cada região poderia ter uma bandeira própria, embora desde agosto do ano passado todas as regiões se mantêm no indicativo vermelho. Mas em julho do ano passado, por exemplo, apenas a região Sul esteve em bandeira amarela, enquanto o resto do País estava em bandeira vermelha. A cobrança do adicional nas contas de luz começou apenas em janeiro de 2015.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 28.02.15

EDITORIA: ECONOMIA

Governo muda regras de reajuste dos medicamentos

« SAÚDE » Mudança tem como objetivo dar mais transparência ao processo, ampliar concorrência e reduzir preço final ao consumidor

Brasília (AE) - O Ministério da Saúde mudou as regras para reajuste de preços de medicamentos. Embora indicadores oficiais ainda não tenham sido divulgados, a estimativa da pasta é a de que a alteração deva frear o aumento previsto para este ano no setor. Com a nova metodologia, a maior parte dos remédios existentes no mercado terá direito a aplicar um reajuste menor. Pelos cálculos da pasta, isso fará com que o impacto do aumento de preços seja R\$ 100 milhões menor do que com as regras que até então estavam em vigor.

As mudanças anunciadas pelo ministro da Saúde, Arthur Chioro, vêm sendo estudadas há um ano. Um consulta pública foi realizada ano passado. As novas regras também atendem a uma solicitação do Tribunal de Contas da União, que exigia maior transparência na fórmula como o reajuste é calculado.

As regras de reajuste de preço foram criadas em 2003. Uma vez por ano, dia 31 de março, o governo anuncia o teto autorizado para o reajuste. São três faixas de preços. Os que têm maior concorrência no mercado são autorizados a aplicar um percentual maior. Aqueles medicamentos que convivem com cenário médio de concorrência podem ter um reajuste intermediário. Já



Vimos, com novos critérios, que o mercado é muito mais concentrado do que aparentava na metodologia usada até agora”

LEANDRO SAFATLE

Secretário executivo da CMED

produtos mais caros e de mercado altamente concentrado têm direito a ter um reajuste menor. Essa classificação foi mantida.

“Vimos, com novos critérios, que o mercado é muito mais concentrado do que aparentava na metodologia usada até agora”, disse o secretário executivo da Câmara de Regulação de Mercado de Medicamentos (CMED), Leandro Safatle. Se as regras anteriores fossem aplicadas, 41,53% dos medicamentos disponíveis no Brasil teria direito a maior aumento. Pelas regras atuais, esse percentual foi reduzido para 21,57% do mercado. Na regra anterior, mercado altamente concentrado e, portanto, com direito a menor aumento, seria de 56,82%. Na re-

gra atual, esse índice passou para 51,73%. Entre os produtos com autorização para menor aumento estão, por exemplo, os usados para tratamento de câncer, a ritulina (controlar o déficit de atenção) e a sterlara (para psoríase).

As regras serão publicadas na próxima segunda-feira, 02, no Diário Oficial. A fórmula do cálculo de reajuste é feito com base no IPCA. Três fatores moderadores são usados nessa conta. O primeiro deles, chamado Fator X, leva em consideração a produtividade do setor. O Fator Y tem como base os custos do setor, como variação do preço de energia e taxas de câmbio. O fator Z mede a concentração do mercado, a concorrência. Este ano, o valor destes três fatores de cálculo serão divulgados em meados de março, com a publicação do IPCA. A partir do próximo ano, no entanto, a divulgação deverá obedecer um calendário. O Fator X será divulgado em setembro, o fator Z, 60 dias após a entrega do relatório de comercialização e o Y, 30 dias antes da divulgação do reajuste. “Era necessário fazer uma reformulação. O mercado mudou”, disse o secretário de Tecnologia, Jarbas Barbosa. O ministro da Saúde, Arthur Chioro, acredita que a alteração trará maior transparência para o setor, menor impacto para o bolso do consumidor e maior competitividade.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE
FINANÇAS

DATA: 28.02.15

EDITORIA: NEGÓCIOS E

Sexta-feira gorda

Na virada de página do primeiro bimestre do ano, o último dia útil foi de notícias em abundância na economia. O governo apertou ainda mais o “torniquete” na economia, anunciando um novo corte nos gastos federais, que limita as despesas de janeiro a abril ao valor de R\$ 75 bilhões, até abril, pegando até o PAC. Também volta a aumentar a contribuição para empresas com desoneração de folha de pagamentos. As empresas beneficiadas com a desoneração terão a alíquota de contribuição aumentada a partir de junho. Será elevada a contribuição das empresas sobre a receita bruta. As empresas que tinham alíquota de 1% de contribuição previdenciária passam para 2,5%, enquanto as de 2% passam para 4,5%.

TRIBUTAÇÃO Os ricos vão pagar mais impostos no Brasil, como acontece na maioria dos países com carga tributária elevada, embora, eles lá com serviços públicos de primeira qualidade. Aliás, em janeiro, as contas públicas apresentaram um resultado melhor do que em dezembro. O superávit primário do setor público consolidado passou dos R\$ 21 bilhões, contra um déficit de R\$ 12,9 bilhões, em dezembro.

Calote

O Indicador Serasa Experian apontou crescimento de 13,5% em janeiro de 2015, na comparação com dezembro de 2014, na inadimplência das empresas. É o maior percentual de alta mensal, para um mês de janeiro, desde 2009, quando o índice registrou aumento de 14,6%. Na relação interanual – janeiro de 2015 x janeiro de 2014 – o indicador cresceu 5,1%.

Desemprego

Outra estatística sobre o desemprego mostra que o Brasil fechou 81.774 vagas formais de trabalho em janeiro. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, destacando que é o pior resultado para o mês desde 2009. Em janeiro de 2009, o Brasil havia registrado fechamento de 101.748 postos.

ALERTA Além da queda da confiança do consumidor e do empresário do comércio, a confiança da indústria também caiu em fevereiro, em 3,4%, a maior queda desde junho, mostra levantamento da Fundação Getúlio Vargas. Mostra a fragilidade do setor depois de um alívio no início do ano no indicador.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 28.02.15

EDITORIA: ECONOMIA

Governo diminui benefício e empresa pagará mais imposto

« **NEGÓCIOS** » O governo anunciou que vai mais do que dobrar as alíquotas cobradas das companhias que receberam a desoneração da folha de pagamento

São Paulo (AE) - Sob pressão para fechar as contas públicas no azul neste ano, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, anunciou ontem um pacote de aumento de impostos e redução de benefícios a empresas.

O governo mais do que dobrou as alíquotas cobradas das companhias que receberam o benefício da desoneração da folha de pagamentos. As empresas, que pagavam entre 1% e 2% sobre a receita bruta, passarão a pagar 2,5% a 4,5%, a partir de junho. Levy abriu uma porta antes fechada: as companhias podem, agora, voltar ao regime anterior de tributação, com taxa direta da folha de pagamentos, caso entendam que a alta do imposto sobre a receita inviabilizou o antigo benefício.

A alta das alíquotas resultará em ganho para o Tesouro de R\$ 5,3 bilhões neste ano, a partir de junho, e de R\$ 12,3 bilhões em 2016.

Junto com a outra medida anunciada na quinta-feira, de redução de subsídios a exportadores, o ganho será de R\$ 7,1 bilhões este ano e R\$ 15,8 bilhões em 2016.

O conjunto de medidas de ajuste fiscal já anunciado por Levy representa uma economia de R\$ 45,7 bilhões neste ano.

Ao anunciar a medida, o ministro fez várias críticas ao programa de desoneração. "A troca entre a folha e o faturamento não era muito vantajosa. O problema é que se aplicou um negócio que era muito grosseiro, com empresas que ganhavam muito, outras que ganhavam pouco e algumas que não ganharam nada."

Custo

Segundo o ministro, essa "brincadeira" custou R\$ 25 bilhões aos cofres do governo. Segundo ele, quando o regime de desonerações foi criado, a "presunção" era de neutralidade na

arrecadação, mas aos poucos o governo foi "aumentando, aumentando, aumentando" o número de empresas, resultando num sistema muito desigual entre as companhias.

A desoneração começou a ser adotada em 2011 como "saída" para o aumento da competitividade e manutenção de empregos. No ano passado, a presidente Dilma Rousseff tornou o benefício permanente, autorizando a ampliação dos segmentos beneficiados. A renúncia fiscal chegou a R\$ 25 bilhões em 2014.

Na quinta-feira, Levy também anunciou que devolverá menos dinheiro aos exportadores no programa Reintegra. Criado em 2012, o mecanismo devolve o equivalente a 3% do crédito tributário gerado pela indústria exportadora. Agora, a devolução cairá a apenas 1% a partir de segunda-feira. Haverá uma economia de R\$ 1,8 bilhão neste ano.

REAÇÃO do mercado

"O aumento da alíquota terá como consequência mais custos para toda a cadeia produtiva e culminará no repasse para todos os consumidores, aumentando a inflação e, seguramente, contribuindo para a redução de empregos. A já altíssima carga tributária penaliza o varejo, o maior empregador privado do Brasil".

FLÁVIO ROCHA

Vice-presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) e presidente da Riachuelo

"Para um setor que vem perdendo a competitividade é mais uma medida de impacto expressivo sobre sua capacidade de enfrentar os desafios da competitividade global. Tal medida gerará forte impacto para a indústria e para a economia nacional, com consequências inclusive para a manutenção de empregos".

DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI)

Em nota

"A tributação em 1% representava uma economia de R\$ 300 milhões anuais para as companhias aéreas, setor que tem custos operacionais elevadíssimos, margens de lucratividade muito apertadas e cuja eficiência interna está sendo levada ao máximo. A mudança da desoneração da folha preocupa muito o setor".

EDUARDO SANOVICZ

Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear)

Câmara vê dificuldade para aprovar

Brasília (AE) - O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), prevê "dificuldades" para a aprovação da Medida Provisória que eleva a tributação de setores beneficiados com desoneração da folha de pagamento. Ao Broadcast Político, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, Cunha ponderou que a MP "altera custos" para as empresas e pode gerar "repasses aos preços", o que pode criar obstá-

culos na sua tramitação.

Cunha se juntou aos parlamentares do PMDB que avaliaram que a votação da proposta não será fácil. O senador Eunício Oliveira (CE), líder do partido na Casa, disse mais cedo que a MP terá "dificuldades na aprovação". Já o líder peemedebista na Câmara se queixou que o PMDB não foi consultado sobre as mudanças nas regras de desoneração e alegou que essa prá-

tica "não tem funcionado bem".

A medida foi criticada por entidades representativas de diversos setores. O vice-presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) e presidente da Riachuelo, Flávio Rocha, afirmou que "o setor irá se mobilizar contra essa medida, que contribui para um processo de recessão no país, cria hostilidade ao ambiente de negócios e agrava o nível de desconfiança de toda a sociedade".

VEÍCULO: GAZETA DO OESTE
LOGO...

DATA: 01.03.15

EDITORIA: PENSO,

CONVOCAÇÃO

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Mossoró (SINDIVAREJO), Michelson Frota, convida todos os empresários do comércio varejista para participarem de reunião onde será discutido propostas para a Convenção Coletiva 2015. Na pauta, salário, feriados e melhorias para o comércio. A reunião será amanhã, 2, às 18h, no Sindivarejo. Nesse momento de crise, a união do segmento é de crucial importância, sem dúvida alguma, meu caro presidente Michelson.